



Assembleia Municipal

Av. 25 de Abril,
3830-044 Ílhavo

ami@cm-ilhavo.pt
www.cm-ilhavo.pt
+(351) 234 329 627

NIPC: 506 920 887

ASSEMBLEIA MUNICIPAL ÍLHAVO

Deliberado APROVAR / REJEITAR

por OMANUALIDADE

30.11.2023

ATA

Sessão Ordinária de Setembro – 28SET2023

N.º 21/2021-2025

Data: 28 de setembro de 2023 (quinta-feira).

Local: Salão Nobre dos Paços do Município.

Presenças

Mesa da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos, Presidente da Assembleia Municipal; Pedro José Catarino Senos Troia, 1.º Secretário e Irene Maria Ribau Esteves Tavares, 2.ª Secretária.

Grupo Municipal do PSD: Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário, António José Flor Agostinho e Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves.

Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer': José Manuel Figueiredo Pinto Reis, Pedro Miguel Cristo Graça, Cláudia Cristina Fernandes Reigota, Daniela Ribeiro Alegria e Mariana Silva Lopes.

Grupo Municipal do Partido Socialista: Luís Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo, António Pedro Oliveira Martins, Diana Catarina Anastácio Gandarinho e Domingos Manuel Ferreira Vilarinho.

Grupo Municipal do Partido Chega: Sérgio Louro.

Membros por inerência de função enquanto Presidentes de Junta de Freguesia: Luís Carlos Cardoso Diamantino (Freguesia da Gafanha do Carmo), Augusto Manuel da Rocha da Silva (Freguesia da Gafanha da Encarnação), Carlos António das Neves Rocha (Freguesia da Gafanha da Nazaré) e João Eduardo Bonito Braga (Freguesia de São Salvador).

Câmara Municipal de Ílhavo: João António Filipe Campolargo, Presidente da Câmara; João Diogo da Silva Semedo, Vice-presidente; Maria de Fátima Fragoso Teles, Paulo Sérgio Ferreira Nunes, Tiago Manuel Morais Lourenço e Sérgio Manuel de Jesus Lopes, vereadores. A ausência da vereadora Assunção Mariana Carlos Ramos foi devidamente justificada.

Substituições (validadas as justificações e confirmadas posições sucedâneas nas respetivas listas)

Grupo Municipal do PSD: Nuno Fernando Ruiva Monteiro Cardoso substituiu André Filipe Casqueira Guimarães e Maria Cláudia Sousa Dias Alves da Cunha substituiu Sara Marina Tomé Fernandes.

Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer': Rui Manuel da Rocha Rufino substituiu Ana Raquel Gomes São Marcos Simões e Paula Alexandra da Graça Ferreira substituiu Ernesto Manuel Vidal Garrelhas.

Grupo Municipal do Partido Socialista: Elvira Maria Fernandes Correia substituiu Modesto Manuel dos Santos.

Ordem do Dia

Ponto 1. "Conselho Municipal de Saúde de Ílhavo: eleição de um Presidente de Junta, em representação das Freguesias do Município". Ato deliberativo: eleição.

Ponto 2. "3.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023". Ato deliberativo: aprovação.

Ponto 3. "Comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal de 01JUN2023 a 31AGO2023". Ato deliberativo: apreciação.

Ponto 4. "Proposta de abertura de procedimento concursal para Locação de 2 viaturas elétricas ligeiro de passageiros e 1 viatura elétrica ligeiro de mercadorias, em regime de Aluguer Operacional de Viaturas (OAV) e respetivos serviços associados". Ato deliberativo: aprovação.

Ponto 5. "Proposta de abertura de procedimento concursal para Prestação de serviços de docência, em regime de outsourcing, para as Piscinas Municipais: programa Maiores no Movimento e eventos desportivos". Ato deliberativo: aprovação.

Ponto 6. "Relatório do Auditor Externo sobre informação económica, financeira e orçamental a 30 de junho 2023 (1.º semestre)". Ato deliberativo: tomar conhecimento.

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte a gravação vídeo)

Às 21h00, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão.

Presenças / Quórum

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (08':09")

«Meus senhores. Boa noite a todos os caros membros desta Assembleia Municipal. Senhor Presidente da Câmara e restante Executivo. Público aqui presente. Comunicação social aqui presente e todos aqueles que nos veem também através da transmissão através da nossa página do facebook. Boa noite a todos. Sejam bem-vindos então à Sessão Ordinária de setembro de 2023.

Extraordinariamente, e antes de pedir à Segunda Secretária que faça a chamada, eu vou passar, por breves momentos, o microfone à Segunda Secretária.»

Segunda Secretária da Mesa, Irene Ribau: (09':18")

«Boa noite a todos. Antes de iniciar os trabalhos, gostaria de agradecer a todos que, das mais diversas formas, se associaram a mim e à minha família na dor pela perda do nosso pai e avô. Gestos e palavras que nos encheram o coração a todos. Muito obrigada.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (09':35")

«Muito bem, peço então agora à Segunda Secretária que faça a chamada. Irene, por favor.»

Segunda Secretária da Mesa, Irene Ribau: (09':42")

(leitura da lista de presenças e substituições)

As presenças estão registadas em mapa anexo à presente ata.

Aprovação das Atas

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (12':24")

«Muito obrigado, Irene. Vamos então proceder à aprovação da ata número 20, referente à Sessão Ordinária de junho. Relembro que apenas se devem pronunciar os Membros da Assembleia que estiveram presentes na respetiva reunião.

Pergunto também se alguém tem alguma consideração a fazer esta ata? Não há nenhuma consideração. Muito bem.

Coloco, então, a ata número 20, referente à reunião de 30 de junho de 2023, a aprovação.

Quem vota contra? Quem se abstém? Muito bem a ata número 20, referente à reunião de 30 de junho, foi aprovada por **unanimidade**.

Expediente

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (13':10")

«Relativamente ao expediente, ou seja, no que diz respeito à correspondência, os serviços de apoio à Assembleia Municipal rececionaram, entre julho e agosto, diversa comunicação da qual destaco:

convites dirigidos ao Presidente da Mesa da Assembleia para representação protocolar da Assembleia Municipal, remetidos pelo Executivo Municipal, pelas Juntas de Freguesia, pelas Associações e entidades públicas, aceites dentro da disponibilidade possível;

convite formal de três Juntas de Freguesia - Gafanha da Nazaré, Gafanha da Encarnação e Gafanha do Carmo, no âmbito do Festival de Bacalhau;

a repetição de participação de um município dando conhecimento de queixas apresentadas a diversas entidades sobre situações de ruído na envolvente ao Jardim Henriqueta Maia.;

a colaboração num estudo/inquérito sobre o funcionamento e organização das Assembleias Municipais;

correspondência processual de inscrição e participação, bem como da documentação para análise para o Congresso da ANMP, que se realizará, neste sábado, no Seixal;

a revista Ramel 25, que foi partilhada com os membros da Assembleia Municipal;

o inquérito remetido pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, partilhado com as autarcas eleitas, sobre violência sobre as mulheres, no âmbito de um estudo europeu;

várias comunicações da ANAM/CVEL sobre formação;

apresentação do guia prático dos Conselhos Municipais da Juventude, partilhado também com o Executivo Municipal;
o envio da nota de pesar pelo falecimento do Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira.;
duas moções aprovadas na Assembleia Municipal de Sesimbra sobre pesca e pescadores, entretanto partilhada também, pela sua pertinência;
e, por último, o convite endereçado pela Associação Nacional de Assembleias Municipais para o próximo dia 12 de outubro, em Leiria, para a presença na gala dos prémios ANAM 2023, aos quais a Assembleia Municipal candidatou o projeto da Assembleia Municipal Jovem à categoria de Boas Práticas das Assembleias Municipais.»

Voto de Pesar

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (15':17")

«Chegou à mesa um voto de pesar. Peço ao Primeiro Secretário que proceda à sua leitura.»

Primeiro Secretário da Mesa, Pedro Tróia: (05':34")

«Voto de pesar do Partido Social Democrata.

Faleceu no passado dia 20 do corrente mês o nosso conterrâneo José de Oliveira Ramos, personalidade incontornável e reconhecidamente marcante na vida coletiva do Concelho de Ílhavo.

Exerceu ao longo da sua existência a atividade de desenhador técnico em três empresas de renome nacional e internacional, designadamente a Metalurgia Casal, Riamóvel Carpintaria e Móveis, Lda. e finalmente no Grupo Teka, de forma abnegada e empenhada, sempre prestável para com os próximos, os quais sabiam reconhecer-lhe as suas qualidades de amigo, respeitador, formador e de trato afável.

O José Ramos foi uma figura transversal à maioria das Associações de Ílhavo, cuja atividade sempre acompanhava com redobrada atenção, tendo dedicado uma boa parte da sua vida à "sua" Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo, na qual exerceu vários cargos sociais, incluindo o de Vice-Presidente, sendo – lhe reconhecido o trabalho desenvolvido no crescimento e consolidação desta instituição, sintomático do seu percurso de vida, permanentemente caracterizado por um elevado sentido cívico, o qual constitui um legado invejável que nos deve engrandecer.

A nível político, foi merecedor do reconhecimento da população Ilhavense pela forma como desde 1976 até 1997, prestou serviço público ao longo de um significativo período de 18 anos, correspondente a 5 mandatos, com a interrupção de um mandato, exercendo atividade política como autarca desta Assembleia Municipal, pugnando, sempre, por prestigiar o Poder Local democrático e o crescimento e desenvolvimento do Município que o viu nascer – o Concelho de Ílhavo-, que viveu de forma intensa e a cuja comunidade se entregou com grande amor e dedicação.

O José Ramos foi um político que se destacou, com intervenções eloquentes e convincentes, sempre respeitadoras dos seus adversários políticos, onde nutria muitas simpatias e amizades, apesar de ser um convicto e ferrenho defensor do Partido Social Democrata.

Foi um Homem Bom e um pai presente.

Pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal de Ílhavo:

Aprove um Voto de Pesar pelo falecimento de José de Oliveira Ramos;

Apresente à sua família as mais sentidas condolências, em especial, aos seus filhos Jorge Ramos e Prazeres Ramos.

Ílhavo, 28 de setembro de 2023, o Grupo do PSD.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (18':04")

Pergunto se existe algum grupo que se queira associar a esta nota, a este Voto de Pesar?

O Unir Para Fazer, o Partido Socialista e o CHEGA.

Muito bem, então vamos colocar este Voto de Pesar à votação.

Quem vota contra? Quem se abstém?

O presente Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.

O Voto de Pesar é apenso à presente ata.

Período de Intervenção do Público

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (18':51'')

«Chegamos, agora, ao momento da possível intervenção do Público. Eu pergunto ao público aqui presente se existe alguém que queira intervir? Muito bem, temos duas inscrições.

Dar nota de que este período tem limite de 5 minutos, no máximo, por intervenção. Solicita-se que a mesma se centre sobre assuntos diretamente relacionados com a vida municipal e que seja apresentado de forma mais sucinta possível. Além disso, no âmbito da transmissão em direto e por força do Regulamento Geral de Proteção de Dados, é importante, para a defesa de todos, que tenha sido dado consentimento formal através do preenchimento do novo impresso anexo 1 do Regulamento das Transmissões para a respetiva difusão de imagem, que será entregue pelo nosso núcleo de apoio.

Convido o primeiro participante a dirigir-se aqui ao púlpito. Antes de começar, peço que se identifique.

Do Público

Munícipe, Horácio Melo: (21':28'')

«Antes de mais, boa noite. Queria cumprimentar a Mesa desta Assembleia na pessoa do Senhor Presidente. Cumprimentar o Executivo Camarário na pessoa do Senhor Presidente. Todos os Vereadores e os Membros desta Assembleia.

Para não perder muito tempo, que é só 5 minutos que nós temos, gostaria de perguntar para quando aquela pobre Rua das Cancelas estará pronta? Eu digo, pobre Rua das Cancelas, não é com intuito de crítica, pelo contrário, pensei sempre que fosse uma rua inovadora, pensei sempre que fosse a rua a menina dos olhos desta cidade. Julgo mesmo. Muitas vezes pensei que se iria à rua, onde as pessoas mais iam passear para aquela escola. Quando eu vejo, hoje, aquela estrada com algumas deficiências, fico triste. Fico triste de ver aquela pedra. Fico triste ver aquele lancil, uma pedra com 5 cm que já não se usa, aquele lancil pobrezinho e, para além de tudo, podíamos ter feito ali uma coisa bonitíssima, linda. E penso que o Executivo teria muito, muito, muito a ganhar com isso. Há, hoje, matérias-primas, materiais que se conseguem fazer em estradas maravilhosas

Vejam só, aqui perto da gente, há um concelho, a 3 quilómetros, um presidente de uma Câmara, Ribau Esteves, o que de inovador ele tem feito naquele concelho. Nós não iríamos copiar, mas iríamos fazer uma coisa porque ao fundo daquela estrada existe uma escola, e essa escola também merece algum respeito. Sendo assim, não vou perder muito tempo com aquela estrada. Aquela estrada tem algumas deficiências. Eu tive o prazer de conhecer a senhora engenheira desta Câmara que veio substituir aquele craque que era o engenheiro Elias, que não tenho dúvidas absolutamente nenhuma que tratava isto tudo já por tu. E eu que algumas vezes confrontei-o em obras. Mas esta engenheira nova aqui está, também é uma menina que, possivelmente, se vai fazer. Estive com ela e com um engenheiro da PaviAzeméis. Tudo aquilo que eu pedi para se fazer, foi feito. Não tenho dúvidas absolutamente nenhuma. Disseram-me logo que era feito. Há uma casa que eu fiquei muito triste e foi feito conforme eu e eles os dois pensámos, e ela está perfeitamente bem.

Só pedia também a este Executivo que lá à frente, onde existem as canas, que é da pessoa que estava mais interessada naquela rua, existem aquelas canas e aquelas canas estão a vir para a estrada. Penso que ali no terminal daquela última casa, o lancil já fez o redondo, acaba ali... eh, pá, façam ali qualquer coisa naquelas canas, em frente existem três casas, uma tem passeios hexagonal e outra tem um passeio com umas pedrinhas à frente. Penso que podíamos dar ali um brilho diferente. À frente tem um triângulozinho para fazer um acabamento... ao menos não nos esquecêssemos daquela rua.

Mas futuramente penso que este Executivo pode fazer coisas maravilhosas e que, se calhar, com preços maravilhosos.

Pedia aqui, encarecidamente, julgo que é possível ainda fazer, na avenida mais conhecida, para que todos nós possamos saber, na Avenida dos Capitães existe uma Lomba, ali perto do hotel. Eu digo aquilo que é uma Lomba, e não uma passadeira, porque me desculpem as pessoas, mas de passadeira aquilo já não tem nada. Vejam só quem anda nos outros concelhos verifica que aquilo já não é o aconselhável.

O que seria giro era fazer uma passadeira suave, mas uma passadeira muito suave em toda a largura daquele hotel. Com estes novos materiais que existem fazia-se ali uma coisa

lindíssima, não só valorizava aquela avenida, como valorizava o hotel. Se calhar até ia depois, olha, até se calhar eu ia lá comer de borla, porque ele ficava tão satisfeito com aquilo.

E naqueles poços frentes, porque não?, umas floreiras com flores a caírem. Lindo. Ílhavo está a começar a merecer coisas dessas; coisas muito simples e lindas. E é bom que a gente pense. Eu julgo que este Executivo vai pensar nisso, porque há muita pessoa insatisfeita com aquilo. Há muita pessoa que fala comigo insatisfeita com aquilo e eu julgo que é lindíssimo vocês pensarem nesse assunto e que será uma obra simples, linda e bonita e que vale a pena andar lá também em cima dela.

A outra é realmente aquilo que... sempre passo ali fico um bocadinho e triste. E que é o Salão do Cinema, o antigo Texas. Todos nós sabemos o que era o antigo Texas, dançava-se lá, pulava-se lá, muitas e muitas meninas de Ílhavo casaram com pessoas de fora. Ouvia-se lá aquelas magos maravilhosas, onde conseguíamos "indrominar", como se dizia naquela altura, aquelas meninas e casou-se lá muita gente. Hoje, aquele salão, como vocês veem, é silvas. Sei que dantes andaram lá a limpar as silvas, sei que há lá um capitão que criticou muito aquelas silvas. Se vocês forem lá dentro, como eu conheci tão bem aquilo, tem uma parte arquitetónica giríssima, mas mesmo gira, porque não? Se agora alguém dos outros concelhos me dizem que vem dinheiro à pazada, aproveitar enquanto está a dar, porque é que a gente não vai fazer ali uma obra bonita? Vocês sabem uma coisa. Eu vou-vos explicar. São capazes de algumas pessoas aqui, se calhar ali, o Agostinho é capaz de saber.

Naquele tempo em que aquele senhor doutor, para mim era o doutor, falecido João Carvalho dos Santos, estava aqui na cultura, estava aqui no desporto, estava aqui em tudo, esse senhor até o Ribau Esteves lhe deu uma sala para ir trabalhar aqui, e era do Partido Comunista, e ele conseguiu conseguia fazer, então.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (26':42")

«Vai ter que terminar, está bem? Vai ter que concluir, está bem, por favor.»

Munícipe, Horácio Melo: (26':46")

«Deus não permitiu que ele ficasse cá e a partir daí, tudo acabou.

E para acabar uma coisa, é que as crianças, são dois segundos, que é preocupante, na Rua Direita, em frente à segurança social, existem três grade numa casa que está, toda a gente sabe, em vias de cair a qualquer momento. Já lá está há tanto tempo, tanto tempo aquelas três grades. Das duas uma, ou está à espera que caia a casa para dizer que não é responsável. Ou então está à espera que alguma pessoa que vem para a estrada com os carros que não é responsável.

E um dia destes gostaria que essa Câmara também identificasse a Associação Chio-Pó-Pó. Porque essa associação desistiu e porque razão...

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (27':24")

«Eu vou ter que lhe retirar a voz.»

Munícipe, Horácio Melo: (27':26")

«... a Câmara Municipal de Ílhavo não me chamou para saber isso tudo. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (27':28")

«Obrigado. De todo, de todo, queremos cortar a voz ao público que aqui se dirige, mas temos que respeitar os 5 minutos. Peço então à segunda pessoa que se dirija por favor.»

Do Público

Munícipe, António Carlos Silva: (28':32")

«Antes de mais boa noite à mesa. Boa noite à Câmara, ao Senhor Presidente e Vereadores. Boa noite, Senhores Deputados. Boa noite ao público.

O que eu tenho aqui para dizer é algo que se tivermos em conta o que se discute aqui é algo transcendente. Transcendente porque os munícipes pagam taxas, tachinhas e tachonas. E eu como munícipe quero saber - não quero exigir - quero saber o que é que existe, o que é que há e o que é que nos espera. Quando eu aqui vinha intervir a respeito do parque subterrâneo, aqui da cidade, eu constatava que sempre que eu falava o Senhor Presidente da Câmara tinha sempre uma forma de responder, aquilo que nós chamamos, empurrar com a barriga ou tentava empurrar. Por fim, passado quase um ano, ou um ano, resolveu-se um problema que tinha 15 anos. O que é que eu quero dizer com isto? Que levanta-se outro problema que urge resolver. Pelo menos, informando os munícipes, porque eu não encontrei na nossa cidade, senhores deputados, eu deixei aqui um recado ao Senhor Presidente na última vez que estive, ele não soube, não compreendeu, não interessa o pormenor, no sentido

de informar o que é que é o quê? E eu agora venho aqui dizer: se existe um problema jurídico, eu quero saber. Se esse problema jurídico, dizem que são 5 milhões, eu quero saber, como toda a gente com quem eu falei, e que ninguém sabe absolutamente nada. Porquê? Qual é a razão? Vocês sabem responder? Não sabem, não sabem. Sabem à vossa maneira, mas não sabem responder porque ainda não responderam. Então, eu estou à espera. Amanhã quero saber. Todos os ilhavenses querem saber. Ótimo. Já tenho um. É pouco, mas já vale alguma coisa. Portanto, o que eu quero aqui dizer é que eu quero saber que processo é esse que invalidava resolver um problema e que agora está por trás do outro. Que eu venho cá trazer depois outra vez, porque ele está em vias de eu também tentar resolver. Tenho esperanças que que consiga. Não é por mim. Eu faço isto de boa vontade, como cidadão normal que quer ser um militante a sério, quer dizer aquele militante que milita. Eu sempre que andei por onde andei na minha vida militei militando. Se vocês percebem esta linguagem, sabem o que é que se quer dizer. Senhor Presidente, era isto que eu a última vez que estive que disse Senhor Presidente da Assembleia, e que o senhor disse que não tinha competências, eu estava a falar para aqui, para esta bancada. E o senhor, como cidadão como eu, eleito que é e dirigente que é, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia tem mais obrigações do que eu. Digo eu que se eu estivesse no seu lugar, era assim que eu entendia. E, portanto, o senhor respondeu assim, ficou tudo na mesma e eu agora venho aqui alertar, mais uma vez, para esta situação. O que é isso que se fala de 5 milhões de euros que a empresa “francesismo X” pede indemnização à Câmara? Eu fico à espera. Obrigado, senhor Presidente. Obrigado meus senhores e minhas Senhoras. Boa noite.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (32':44")

«Muito obrigado. Senhor Presidente, boa noite. Faça favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (32':50")

«Boa noite, Senhor Presidente. Muito obrigado.

Em primeiro de tudo, cumprimentar todas as pessoas que nos possam estar a ver nas suas casas. Cumprimentar também o público e a participação dos munícipes que hoje estiveram nesta Assembleia e agradecer esta forma ativa como se encontram perante a nossa comunidade.

Hoje, com uma ordem de trabalhos pouco extensa, que espero que possa também ser, no final desta noite, resultado de um trabalho árduo de nós todos e que traga o sucesso para os nossos munícipes e para a nossa governação.

Respondendo muito rapidamente e telegraficamente ao senhor Horácio Melo, agradecendo também as observações que já fez no passado sobre alguns caminhos e algumas ruas que estariam em mau estado em seu redor, as ervas, nomeadamente na rua da Ria, e outras, diria que alguma coisa está a ser feita nas Cancelas. Nós, quando avançamos para a segunda parte do projeto, tentámos corrigir algumas coisas, mas esse projeto, como a bem de todos os autarcas, somos solidários com as posições que anteriormente estavam e esse projeto já tinha ido a concurso e, portanto, tivemos que admitir que estaria bem. Estamos a fazer algumas correções que achamos que são pertinentes, sob a coordenação do nosso Vereador. Também lhe queria dizer que, independentemente de falar com os engenheiros da Câmara, com outras pessoas, têm o valor que têm e o senhor também lhes deu, as decisões cabem depois ao Executivo.

Portanto, não foi sobre a decisão do senhor que recaiu a posição que tomaram, mas foi a participação do senhor que nos levou a tomarmos essa decisão. Como hoje vamos tomar em conta as suas observações e poderá vê-las no terreno futuramente, se assim concordarmos com elas.

Relativamente àquilo que diz sobre uma casa que é importante para nós todos e que foi importante para muitos cidadãos, muitos munícipes de Ílhavo, que, se calhar, ficou no registo e na sua memória e de muitos outros, e já vi que mencionou outras pessoas desta Assembleia, pois eu não tive essa possibilidade. Particpei em algumas festas menos nobres do que essas em que se realizavam os casamentos e comemorações. Mas também tive a oportunidade de partilhar algumas festas, lá, durante a minha vida.

Nós gostaríamos muito de dar uma nova vida àquilo. Ainda não o conseguimos fazer nem perspetivamos, num futuro próximo, essa realização. Lamento muito. É um imóvel com valor patrimonial elevado. A Câmara, por isso, o adquiriu. Teremos que resolver nas suas traseiras

também o problema dos terrenos e do acesso a esses terrenos, para depois podermos ter também ali um conceito de estacionamento e de proximidade e, se calhar, dar mais segurança a quem possa visitar aquele espaço. Acreditamos que poderá estar para breve uma luz verde para alguma coisa que se possa ali passar atrás. Até poderá ter aí na manga qualquer coisa, porque sabemos perfeitamente os seus conhecimentos em muitas áreas de negócio. Mas, neste momento, ainda não podemos adiantar muito mais.

Sobre a associação que referiu, gostaria que se dirigisse, se ainda existe direção, à direção e perguntar saber o que se passa sobre ela. Lamento muito, mas é que o lhe posso dizer.

Desde aquilo que foi o trabalho no Núcleo Sportinguista de Ílhavo a outras associações em que esteve, o Senhor João Carvalho, realmente, foi uma pessoa marcante e a Câmara acho que fez um trabalho digno para com ele. Não foi só ele, foram todos os autarcas, foi a comunidade, sempre o reconheceu. Hoje temos aqui um genro dessa pessoa e, portanto, saberemos o valor que ela tem para todos nós.

Relativamente ao senhor António Silva, eu não tenho muito a dizer. Na página 49 da nossa Atividade Municipal, o processo do autor está no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, é a Illipark e diz que na presente ação a autora vem invocar o facto de, no âmbito do contrato de construção e exploração do Centro Cultural de Ílhavo, lhe ter sido garantido um determinado número de lugares de estacionamento para explorar, quer dentro do parque de estacionamento do CCI, quer no parque à superfície, designadamente na Avenida 25 de Abril, número esse que não corresponde ao que veio efetivamente a ser disponibilizado. Invoca ainda o facto do Município de Ílhavo não ter assegurado a fiscalização dos parcometros, competência que lhe imputa, pelo considerando ser a receita do estacionamento no exterior perto de 0 euros, de ter a legitimidade para requerer o reequilíbrio financeiro do contrato posicionado através de uma indemnização correspondente a 4.175.908 euros, portanto 4 175 908,55 euros. O valor da ação já lho referi. Quanto à fase do processo da ação, foi deferida a perícia colegial requerida pelas partes, aguardando-se a realização da mencionada peritagem que incide em matéria de natureza económica e agendada a tentativa de conciliação. Eventual existência de cobertura de seguro ou outros, não existe, inexistente. Parecer quanto à estimativa da responsabilidade, incluindo custas judiciais e outros encargos, impossível estimar as probabilidades de processo de pretensão da autora. É o que tenho a dizer sobre este processo.

Senhor Presidente, penso que consegui responder àquilo que os municípios também solicitaram a nossa resposta. Muito obrigado.»

Período de “Antes da Ordem do Dia”

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (38':23")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Vamos então entrar no período de Antes da Ordem do Dia, Sim, com certeza.

José Pinto Reis, Grupo Municipal do ‘Unir Para Fazer’: (38':39")

«Boa noite a todos. A interpelação vem no sentido de solicitar à Mesa o resultado da análise que prometeu fazer à situação criada na última Assembleia, relativa à ata que eu considerei que tinha sido retocada e que o Senhor Presidente considerou que poderia estar em causa um ilícito criminal. Gostaria de saber se a Mesa chegou a alguma conclusão e qual foi a conclusão que tomou.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (39':12")

«Bem essa situação ainda se encontra em estudo.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (39':16")

«Vamos então passar ao período antes da ordem do dia, às intervenções neste período de antes da ordem do dia, que devem ser centradas em assuntos de relevância para o município e que não coincidam com as temáticas apresentadas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal no relatório da atividade municipal, constante do ponto 3 da ordem do dia, nem com a restante ordem do dia.

Portanto, como sabem, a rotação inicia-se com o Chega, o PS, Unir Para Fazer e, por fim, o PSD. Pelo que começo por perguntar ao Chega se se inscreve? Muito bem, temos o Sérgio Louro. Do PS, quem se inscreve? Temos o Pedro Martins. E do Unir Para Fazer, temos a

Daniela Alegria e o Pedro Cristo. E do PSD, quem se inscreve? Portanto, temos o Augusto, a Margarida Alves e o Flor Agostinho. Muito bem, Sérgio por favor.

Sérgio Louro, Grupo Municipal do Chega: (40':53")

«Boa noite a todos presentes e aos demais que acompanham os nossos trabalhos via plataforma de *streaming*. Público e Comunicação Social.

Como é habitual, venho aqui tecer algumas críticas construtivas, sendo que é desta forma que entendo contribuir para o coletivo, para a melhoria contínua do nosso município.

A minha satisfação pessoal acontece quando as minhas críticas construtivas são reconhecidas pelo Executivo e as mesmas conduzem a melhorias para o nosso município. Começo hoje por partilhar com o Senhor Presidente e os restantes elementos desta Assembleia Municipal que decidi visitar o nosso navio Santo André durante o festival de bacalhau, mais concretamente no dia da corrida mais louca do mundo.

Como alguns de vocês sabem, sou filho da escola, expressão usada para quem passou pela marinha de guerra portuguesa e fez serviço militar ou outro tipo de serviço, pelo que tenho especial interesse em todo o tipo de embarcações. Iniciei, então, a visita ao nosso navio-museu, que encontrei, naquele momento, apinhado de gente. Esperava, depois da última intervenção neste equipamento municipal, encontrar alguma melhoria na organização das visitas desta embarcação. Basicamente, era um granel, sobretudo nos percursos entre a ponte do navio e a casa das máquinas e compartimentos de adjacentes. O acesso entre a ponte e estes compartimentos é uma escada bastante estreita e inclinada. Pessoas a circular numa direção, outras pessoas a circular noutra. Pessoas com alguma idade, com alguma dificuldade de mobilidade e muitas crianças... eram granel completo. Não encontrei dentro do navio, na altura que visitei, nenhum elemento da Câmara Municipal, nenhum técnico a gerir as coisas ou esclarecer eventuais dúvidas dos visitantes, coisa que esperava encontrar. Perante tal cenário, nem quero imaginar o que aconteceria numa situação de um acidente, por exemplo, um incêndio. Situação que não é muito provável acontecer, mas pode acontecer. Existe bastante madeira no porão e noutros compartimentos.

Durante a minha vida, já visitei muitos navios - como falei atrás, tenho especial interesse em neste tipo de embarcações - e sempre me lembro de haver percursos bem definidos para as pessoas visitantes que iniciam visita num equipamento deste género, em que, normalmente, começa numa extremidade do navio e o público vai todo seguindo na mesma direção, e saem noutra extremidade do navio ou embarcação sem se atropelarem. Portanto, a minha sugestão é: os técnicos a que pertencem à Câmara e o Executivo, eventualmente, estudarem a implementação de uma melhor organização. Eventualmente, um percurso do género como estou a relatar que tenho visto.

Por último, termino com o falecimento de um cidadão espanhol em praia não vigiada. Conheço bem o que aconteceu porque o meu filho Tomás que pertenceu ao grupo de nadadores salva-vidas, este Verão, esteve lá, foi chamado a intervir nesta ocorrência. Tudo o que era humanamente possível fazer para reanimar esta vítima foi feito, talvez um pouco tarde demais em virtude de ter ocorrido em praia não vigiada. Nestas e outras praias não vigiadas o tempo de resposta é mais dilatado porque normalmente o alarme é dado via 112, e a informação demora a chegar ao corpo nadador salva-vidas que não estão no local e têm que se deslocar para o mesmo. Isso podia ser evitado, na próxima época balnear, estudando a possibilidade destas praias entre a Barra e a Costa Nova, que não estão vigiadas, passarem a estar vigiadas. Cada vez temos mais pessoas a usar as nossas praias e, portanto, naturalmente, em dias com mais afluência é sempre pessoas a procurar praias com menos pessoas e, portanto, não vigiadas. Depois há a necessidade de repensar novamente a estratégia do trânsito nas ruas da Costa Nova, porque foi muito complicado neste dia os meios chegaram ao local de sinistro.»

Pedro Martins, Grupo Municipal do PS: (45':39")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Boa noite a todos.

A questão que eu gostava de colocar aqui, no período antes da ordem do dia, tem a ver com o Parque Desportivo da Costa Nova que foi objeto, agora, recentemente, de uma alteração da sua da sua aptidão, do seu uso.

O Parque Desportivo da Costa Nova em zona, creio que podemos qualificá-la assim, zona dunar, enfim, zona, do ponto de vista ambiental, uma zona sensível, o parque desportivo - e penso que isso foi até debatido há pouco tempo, aqui, na Assembleia Municipal - o parque desportivo estava votado ao abandono, portanto, não havia manutenção, não havia limpeza. E, claro, isso redundaria na falta de utilização ou num certo desincentivo à população, aos moradores, a quem quisesse desincentivo ao seu uso. Portanto, aquilo, efetivamente, estava

abandonado. Mas aí também não podemos dizer que a responsabilidade pela sua não utilização se deve ao pouco interesse da população, não podemos dizer isso sem esquecer a responsabilidade das autarquias, ou da autarquia, a Câmara Municipal ou a Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação em manter aquilo que é público, que é um dever básico de qualquer autarquia.

Ora, o que é que aconteceu? Recentemente foi alterado o uso. E foi alterado o uso de uma forma que eu gostava que o Senhor Presidente da Câmara, enfim, explicasse o modo como isso foi feito, porque aquele equipamento, podemos chamar-lhe assim, aquele equipamento tem uma determinada aptidão. É um campo de futebol e penso que haverá lá mais espaço também para outras atividades, mas tem, essencialmente, ali um campo de futebol, e, portanto, foi alterado para um parque de estacionamento de autocaravanas. Com que critério? Um simples critério de oportunidade? Foi feita alguma análise às vantagens e desvantagens da alteração? Quem foi a autarquia que decidiu, quem é que gere e quem é que decidiu a alteração da utilização do equipamento? Foi a Câmara Municipal? Foi a Junta de Freguesia? Foram as duas Autarquias, os dois Executivos, numa espécie de coligação informal entre o UPF e o PSD?

Eu coloco essa questão porque tem efetivamente o seu interesse e coloco também a seguinte questão. A Agência Portuguesa de Ambiente que é a entidade, digamos, fiscalizadora - enfim, porque aquilo é espaço de intervenção, de supervisão, chamemos-lhe assim, da APA, Agência Portuguesa do Ambiente - eu pergunto se foi ouvida? Se foi ouvida ou se foi, pelo menos, se foi comunicado a APA esta alteração. E se houve alguma resposta, algum parecer, alguma recomendação, fosse o que fosse, da Agência Portuguesa do Ambiente?

Portanto, são estas questões que eu coloco aqui, porque, enfim, quer-me parecer que as decisões das autarquias devem, enfim, ter bases sólidas e devem ter, quer dizer, não é agora... porque ainda aqui há dias, e eu quero dizer isto a talhe de foice, ainda aqui há dias, o Presidente da Câmara do Porto, com quem Vossas Excelências, UPF, simpatizou muito, talvez também por ser independente, disse, um dia à tarde, perante a comunicação social, a estátua - a famigerada estátua que todos sabemos qual é - a estátua vai sair porque eu sou Presidente da Câmara e digo que a estátua vai sair. Bem, depois, no dia seguinte, deu o dito por não dito, dizendo "bem, houve uma decisão, uma deliberação da Câmara Municipal do Porto e, portanto, terá que ser o órgão colegial, a Câmara Municipal, que irá deliberar sobre a eventual saída ou não. Enfim, mas isto é só um aparte e um exemplo. Os autarcas não podem decidir só porque lhes apetece alterar aquilo que está definido em termos de equipamentos públicos, em termos da sua utilização. Portanto, eu gostava de perceber qual foi o itinerário decisório das duas autarquias, ou de qual delas, para se alterar a finalidade daquele espaço. Muito obrigado.»

Daniela Alegria, Grupo Municipal do 'Unir Para Fazer': (50':06")

«Boa noite a todos. Cumprimentar a Mesa na pessoa do senhor Presidente da Assembleia, o Executivo, na pessoa do senhor Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo. Caros eleitos, Comunicação Social e a quem nos ouve em casa.

A minha intervenção, hoje, no período antes da ordem do dia, tem a ver com um evento que houve aqui em Ílhavo, e que eu gostei particularmente, que foi o Desfile Nacional do Traje Português, feito na Vista Alegre. O enquadramento era excelente, o evento foi bem concorrido. Acho que foi uma mais-valia para promover a cultura também nossa, e também para promover a região. Acontece que há aqui algo que não me está, que não me está a soar muito bem. Não tem a ver com o desfile, mas sim com as condições que podemos muitas vezes oferecer a quem vem de fora, nomeadamente a maneira como a ponte atualmente está com várias deficiências, vá lá. Tem tábuas soltas. Não sei se efetivamente passaram ali aqueles imensos autocarros que estavam ali estacionados. A verdade é que atualmente os carros estão ali a correr sérios riscos com tábuas levantadas. Sabendo também de antemão que esta ponte está programada uma requalificação total e que vai abrir um concurso de ideias, a minha pergunta vem no sentido de saber se antes disso vamos ter uma intervenção atempada antes de começar a chegar a época das chuvas, uma vez que há ali vários acidentes. E se depois da requalificação feita aquela zona vai contemplar a navegação do canal. Porque segundo me parece, vejo ali também uma plataforma que está em frente ao hotel Montebelo e que ainda não percebi muito bem se aquilo irá ser para passeios turísticos, se não e, portanto, gostaria de saber o que é que o Executivo tem a dizer acerca deste assunto? Obrigada.»

Pedro Cristo, Grupo Municipal do 'Unir Para Fazer': (52':18")

«Muito boa noite ao senhor Presidente da Mesa e restante Mesa. Senhor Presidente da Câmara e senhores Vereadores. Colegas e Membros desta Assembleia. Público aqui presente e público em casa que assiste à nossa sessão.

Antes de fazer aqui uma questão ao nosso Executivo, queria deixar aqui três pontos introdutórios. Um, lembrando que há poucos dias celebrámos dois anos que Ílhavo decidiu por um novo rumo político. Estamos cá. A obra aparece e vai aparecer cada vez mais.

Gostaria de congratular a Joana Gião, e a sua equipa, porque ninguém foi sozinho, foram com equipas, que ganhou o Orçamento Participativo. Um ponto muito importante que nós aqui aprovámos nesta Assembleia e que é uma forma de cada vez chamarmos mais as pessoas para se decidir. E aqui abrir um repto, se calhar um reforço melhor de verbas para o próximo ano para que se possa contemplar mais projetos.

E em terceiro, desejar aos representantes do nosso município, que deverão estar neste fim de semana na Assembleia da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que a defesa dos municípios é importante, mas a do Município de Ílhavo é muito mais importante.

E para terminar e para começar a estragar a noite ao Senhor Presidente, gostaria de questionar uma situação, até porque vamos preparar com certeza, dentro de breve - vamos, vão os senhores, depois nós vamos aqui aprovar ou não - o Orçamento de 2024. E com certeza que também teremos aqui taxas para provar. E para nos irmos preparando, até porque o Senhor Presidente, neste caso, no ano passado criou aqui uma situação demorada para que fosse tomada, digamos, uma decisão sobre o caso. Eu tinha gostaria de saber a sensibilidade do senhor Presidente que tem relativamente à taxa de resíduos sólidos urbanos para 2024.»

António Flor Agostinho, Grupo Municipal do PSD: (54':38")

«Boa noite a todos os presentes, àqueles que nos ouvem lá em casa e que nos veem.

Eu vou ser muito rápido e curto. É uma questão que, enfim, preocupou os ilhavenses recentemente, que foi a questão das piscinas municipais, as inscrições. É de lamentar toda aquela informação que nos apareceu na comunicação social. As pessoas foram para lá às 2 da manhã, comer, não sei quê e vi filas. Eu acredito que isto já tenha existido no passado, mas com esta relevância, com esta informação, com esta, enfim, transparência na comunicação social, nunca tinha observado. E eu só me limito a lamentar tudo aquilo e enfim entristece-me muito porque foi Ílhavo que esteve em causa, e, como sabemos, aquelas piscinas são muito frequentadas, não só por ilhavenses. Mas gostava de perguntar também ao Senhor Presidente, neste âmbito, se efetivamente a questão do regulamento foi cumprida. Ou seja, aquilo que se diz por aí, à boca calada, as pessoas moradoras em Ílhavo foram privilegiadas em relação aos outros, coisa que nós tínhamos discutido isso aqui, nesta Assembleia.

A segunda pergunta é saber se temos uma solução para o futuro, ou seja, se para o ano vamos evitar que aquilo aconteça. Vamos ver se não é possível arranjar um modo, uma forma, um programa, uma plataforma que possa evitar toda aquela confusão. Eu devo recordar que nós, semestralmente, na Universidade de Aveiro, fazemos inscrições para os parqueamentos, ou seja, para as pessoas se inscreverem. Para terem parque, direito ao estacionamento nos seus parques, e fazem isso através de uma plataforma até a meia-noite do dia 'X'. Quem se inscreve, inscreve; quem se inscreve no dia, à meia-noite e um, perdeu o lugar, não tem direito. E depois as pessoas são selecionadas e depois pagam os seus 10 euritos por semestre e têm direito a estacionar nos parques da Universidade de Aveiro. Uma coisa tão simples como isto.

Quem já está inscrito só tem que renovar e continuar a pagar, se assim o desejar, como é óbvio. Portanto, esta é uma preocupação que eu gostava que não voltasse a acontecer.

Depois gostava de fazer aqui um agradecimento público ao vereador Sérgio Lopes. Porque eu, na reunião de 12 de maio, levantei aqui uma questão que tinha a ver com o pedido de demissão do diretor do 23 Milhas, que foi no dia 13 de março. Portanto, passados dois meses vim aqui suscitar o problema. O que é que tinha acontecido? Como é que o senhor se tinha demitido? Se o senhor tinha indemnizado a Câmara, se não tinha indemnizado a Câmara? E o senhor Vereador fez o favor, já que eu não obtive resposta, o senhor Vereador, penso que em julho ou agosto, fez o favor de questionar o senhor Presidente da Câmara e aí sim, aí tivemos uma resposta. Todos ficámos a saber qual foi a resposta. Portanto, houve, neste período de tempo, uma rescisão, penso que é amigável, em que o autor, ou uma das contrapartes que se demitiu, prescindia ou foi-lhe prescindido o pagamento de eventuais indemnizações ou de eventuais contrapartidas. Uma coisa que eu nunca tinha assistido. Pensei que tivesse sido uma rescisão de mútuo acordo, mas não foi bem de mútuo acordo.

Mas se isto existia, porque é que não foi declarado logo naquela altura, no dia 12 de maio, conforme está em ata, que fosse explicado o motivo da sua demissão? Portanto, ficam os registos do 12 de maio, do 13 de março e depois o senhor Vereador. Não fui ver as atas da Câmara, mas terei a oportunidade de ver as atas da Câmara, já que se fala tanto em atas, as atas servem, no mínimo, servem para isto.

Gostava também de falar sobre as escolas e a sua reabilitação. Mas como está no ponto 3, penso eu, não é senhor Presidente? É. Vou deixar para o ponto 3, então aí falamos sobre esse e outros assuntos.»

Margarida Alves, Grupo Municipal do PSD: (59':17")

«Caro Presidente da Assembleia Municipal de Ílhavo e na sua pessoa cumprimento os Secretários. Caro Presidente da Câmara e na sua pessoa cumprimento os Vereadores do Executivo. Caros Membros da Assembleia Municipal de Ílhavo. Caro público presente e que está presente na rede social.

Esta minha primeira intervenção vem manifestar uma preocupação, uma preocupação prévia, porque o PSD coliga-se com o CHEGA, agora com o Unir Para Fazer, depois é com o PS... eu ainda não percebi onde é que querem chegar com isto. Nós dizemos não. É claro, nós dizemos que não, não estamos coligados com ninguém. Eu ainda não percebi o que é alimentar isto. Nas intervenções utilizam o PSD porque nesta oposição está coligado o Unir Para Fazer ao Partido Socialista. É assim... o Partido Social Democrata teve e liderou os comandos do nosso Concelho durante 24 anos. Nunca estivemos coligados com ninguém e naturalmente apresentámos um projeto, eu estou a falar nos 24 anos, que foi a votos há 2 anos. O Unir Para Fazer, democraticamente, ganhou e agora governa o nosso município. Portanto, esta minha preocupação de querer, e eu sou representante do Partido Social Democrata, podem dizer que eu sou uma ideóloga, ainda bem que eu sou, porque no dia em que se perder a ideologia, perde-se a democracia. E como eu os restantes companheiros e camaradas e amigos. Era assim que nós começámos a democracia. Manifestar a minha preocupação porque não se preocupem com a nossa casa. Preocupem-se é com a vossa. Não arranjem, não virtualizem a ação do Partido Social Democrata com coligações. Nós, quando vamos a coligações, vamos a coligações. Qual é o problema? O que nós achamos correto votar a favor, votamos a favor. O que nós achamos correto nos abstermos, abstermos. E naquilo que tivemos que lutar contra, votamos contra, com argumentos naturalmente. E é para isso que aqui estamos, não votamos contra porque nos apetece. Aqui, vou relembrar a minha intervenção mais ou menos há um ano, que teve aqui dois pontos. Pelo menos um já teve alguma reação do Porto de Aveiro, que é, finalmente, vai avançar a obra de requalificação da Marginal dos Bacalhoeiros. Finalmente.

Provavelmente com a ação dos autarcas deste Concelho, sem olhar a partidos, durante, atrevo-me a dizer, duas décadas. Preocupações desde a Junta de Freguesia ao Município, também membros da Assembleia Municipal. Finalmente o Porto de Aveiro parece que acordou e percebeu que tem que resolver, definitivamente, aquele problema que tem um impacto enormíssimo para as empresas que lá operam e os seus trabalhadores. E não só. Começa também a ter impacto também para alguma parte da população.

Outro assunto que eu trouxe aqui, e se calhar foi alvo de alguma polémica - isto é mesmo o que tem que ser - que teve a ver com a disponibilização de desfibrilação automática externa, suporte básico de vida. Onde o senhor Presidente da Câmara nos respondeu, e isto está em ata, diz que eu fiz uma introdução, deu-me os parabéns pela introdução. Eu não preciso que me dê os parabéns, são estudos. Mas, de facto, o Senhor Presidente diz que fui... eu não vim a mando, mas sim vim de acordo com a preocupação do vereador Tiago Lourenço, em que, quando houve a apresentação pública, tanto aos Agrupamentos de Escola, aos grupos desportivos e à população, foram convidados pelo Vereador a participar. Foi adjudicado o devido valor, foi tudo tratado, foram ouvidas as pessoas e o Senhor Presidente de Câmara diz que não ouviu ninguém, ninguém veio ter consigo, na resposta que me deu. É assim, senhor Presidente de Câmara. nós não temos que esperar que os munícipes venham ter connosco quando somos presidentes de Câmara ou Vereadores no Executivo. Nós temos que ir ter com as pessoas. Não é só dizer, nós estamos aqui pelas pessoas, então vamos às pessoas. Não é dizer que “quantas vezes é que o pessoal não docente falou comigo sobre este assunto?”, já que pegou uma vez numa ata naquilo que eu disse também pego nas suas, “quantas vezes é que os presidentes dos clubes falaram comigo sobre este assunto?”, “se estava tão bem trabalhado eu não percebi quem é que vinha falar comigo sobre isso?” - palavras suas, senhor Presidente, *ipsis verbis* – “acho que é uma preocupação sua e de mais ninguém”, “espere até ao final deste ano” - atenção, estamos a falar em 2022 – “para dar a

solução um processo que honrosamente vou tratar com um Vereador que foi eleito nesta Câmara. E não gostei, vou lhe dizer claramente, que a Senhora fosse tão minuciosa”.

Lamento, sou. Ao fim de um ano cá estamos para ser minuciosa.

Mais à frente... “mas Margarida, prometo-lhe que vou concluir este processo. E também lhe digo que se isto carecer de alguma resposta da sua parte, não vai ter outra resposta da minha parte porque sinto que este assunto trouxe-o aqui, e muito bem respeito, mas vou lhe dizer que assumirei todos os compromissos que outros colegas meus também assumiram para fechar estes processos”.

Caro Presidente, não cumpriu a sua palavra até final de dezembro, não cumpriu com a sua palavra, de 2022. Estamos em setembro de 2023 e os equipamentos não estão à disponibilidade dos Agrupamentos, dos clubes de futebol, nem dos cidadãos. Não cumpriu com a sua palavra. Isto eu digo-lhe diretamente. E recordo que a importância disto é de tal forma, senhor Presidente, que nós, pegando num evento desportivo a que toda a gente assistiu, o Casa Pia x Sporting - e eu não sou sportinguista - houve um autarca que teve uma paragem cardiorrespiratória. Foi assistência imediata de ter um equipamento de suporte básico, suporte cardiorrespiratório que salvou a vida deste homem. Infelizmente, na cidade do Porto, há dias, houve um jovem que não sobreviveu a uma paragem cardiorrespiratória.

Caro presidente João Campolargo. Não será por minha responsabilidade ou de alerta, não é aviso, é de alerta que isto possa acontecer no nosso Município, porque eu sei que os Agrupamentos de Escola estão disponíveis. Basta, por exemplo, começar numa escola por equipamento, vai ver quantas inscrições tem, pessoas para fazer o curso. Ou ponha em duas escolas, uma na Gafanha Nazaré e outra em São Salvador. Faça essa experiência. Ponha os técnicos, dê formação, fale com os dois Agrupamentos de Escolas. Com certeza que vai ter pessoas disponíveis para a formação. Não vão faltar. Quando começarem a ter os equipamentos, os clubes de futebol, os clubes desportivos, desculpem - felizmente no nosso município não é só futebol, felizmente - as coisas, isto é uma onda de influência positiva e de prevenção à morte. E, naturalmente, eu não podia acabar a minha intervenção sem falar no que aconteceu na praia não vigiada, que toda a gente falou que as ambulâncias não chegaram lá. Eu vou terminar dizendo o seguinte: não fomos nós, Partido Social Democrata, que emendámos um projeto de acesso para um projeto estacionamento. Obrigada.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:08:17”)

«O Augusto Rocha prescinde. Portanto, senhor Presidente, faça favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:08:22”)

«Obrigado, Senhor Presidente. Daria a palavra ao vereador João Semedo para dar resposta sobre as áreas que são da sua responsabilidade e daria depois a resposta final sobre outros assuntos. Muito obrigado.»

Vice-presidente do Executivo, João Diogo Semedo: (01:08:25”)

«Boa noite a todos. Boa noite, Senhor Presidente, em si cumprimento a Mesa, senhores vereadores, senhores deputados, o público aqui presente e o público que nos segue pela internet. Vou tentar ser sucinto com aquilo que foi aqui elencado.

Penso que aquilo que me compete comecemos por aquilo que foi abordado aqui pelo senhor deputado Pedro Martins, relativamente ao parque desportivo da Costa Nova. De facto, já é a segunda vez que mencionam a questão da não manutenção ou falta de manutenção do campo desportivo. Que me recorde, não foi nunca aqui mencionado na Assembleia, mas sim pelo senhor Vereador do mesmo partido, em sede de reunião de Câmara. E sobre o qual eu não pude concordar, até porque tinha estado, por acaso, no dia anterior, no local, até tinha estado numa visita com o Senhor Presidente da Junta, e vi o espaço com a manutenção feita. Portanto, não posso concordar com isso. Temos é que ter em atenção o tipo de solo que lá está e que tipo de manutenção ou que tipo de aspeto é que nós queremos vislumbrar naquele espaço, se queremos ver um aspeto diferente daquele que ele realmente é. Agora, posso lhe confirmar que a Junta de Freguesia tem assegurado essa manutenção. De uma forma mais concreta aquilo que questiona sobre a utilização do campo desportivo para um parque de autocaravanas. Compete-nos ter aqui alguma posição sobre o crescente estacionamento abusivo e desorganizado, não só por autocaravanas, mas também por outro tipo de veículos. O Senhor Presidente da Junta tem tido uma preocupação muito grande sobre este assunto e, como podem verificar, no atual contrato interadministrativo apresentou-nos uma proposta, que foi aceite, depois também foi aprovada e deliberada em Câmara, e depois esse contrato

também foi aqui aprovado nesta Assembleia, para o investimento numa área de serviço para autocaravanas na Costa Nova, muito perto deste campo de futebol que o senhor doutor Pedro Martins referiu. O parque foi, entretanto, construído. O parque tem uma área de serviço para autocaravanas, mas verifica-se que a área é muito curta para as necessidades que existem na Costa Nova. E o mesmo também acontece, por exemplo, na Barra. Temos a felicidade de ter um município que tem, talvez, das melhores praias do país e certamente as melhores da zona centro, e é sempre muito procurado. Nesse sentido, nas várias reuniões que fomos fazendo sobre este assunto, surgiu a hipótese de se poder instalar as autocaravanas de forma temporária no campo de futebol. Uma forma de testarmos esta solução. E assim foi. Numa forma experimental, no período da época balnear. Portanto, posso-lhe assegurar que devemos estar a poucos dias de encerrar o espaço, porque aquilo que tínhamos previsto era só durante os meses de julho, agosto e setembro. Depois acabou por se atrasar porque o Senhor Presidente também teve a preocupação de regular bem essa ocupação e de criar, de instalar uma barreira para que, de uma forma muito correta, pudesse controlar quem acedia ao parque. Só dessa forma é que poderíamos assegurar também que as condições, peço desculpa pelo reforço do termo, de segurança pudessem estar devidamente salvaguardadas. Dessa forma, a título experimental, tentámos organizar o estacionamento das autocaravanas nesta zona. Reforçámos também a sinalização de forma a que as autocaravanas pudessem estacionar num sítio para elas definido. Até porque pesámos, e bem, aquele que era o impacto destas viaturas ali no ecossistema da Costa Nova. Porque se nós vímos bem ao lado, quer dizer, elas vão avançando à medida que conseguem, vão avançando, vão avançando, vão avançando e acabam por ocupar espaços que não estão devidamente delimitados. E aquilo que nós temos de ter em atenção é o que está em vigor é um plano de pormenor para aquela zona, que é o Plano de Pormenor da Costa Nova. Apesar de termos usos diferentes para estacionamento ou para a zona do campo de futebol, poderemos verificar que, em termos de regras para o solo, aquilo que poderá ser o impacto solo elas são comuns, não é? Portanto, as características previstas para estes dois espaços, apesar de terem uso diferente, têm as mesmas características. Portanto, entendemos que, face a isso, podíamos experimentar esta solução. E foi isso que fizemos. Ainda não fizemos um balanço completo desta utilização, até porque só se conseguiu implementar em meados de agosto, mas posso-lhe assegurar que o campo desportivo, muito em breve, já estará novamente liberto. De facto, aquilo que gostaríamos era que quando este plano de pormenor foi pensado, que era de poderem dar um uso efetivo a este espaço, o plano previa até a construção de balneários, aquilo que nós gostaríamos muito era que, de facto, ele fosse utilizado para esses fins e não termos que pensar nestas situações. Mas temos também aqui, em mãos, esta situação do parque, esta situação do excesso de autocaravanas.

Posso-lhe também referir que, desde praticamente o início do mandato, temos tido várias reuniões com a Agência Portuguesa do Ambiente e a questão das praias é a principal, como já tivemos oportunidade de falar nesta Assembleia e de escrever, também, naquilo que é a atividade municipal, das inúmeras reuniões que já foram feitas e o anseio que temos em criar bolsas de estacionamento à entrada da Costa Nova, seja na entrada sul, seja na entrada norte que depois acaba por ser comum com a Praia da Barra. Temos feito um trabalho muito conjunto.

Apresentámos também, ainda há pouco tempo, uma nova proposta para os planos de praia. Estamos a discutir alterações ao Plano da Orla Costeira, Ovar - Marinha Grande. Portanto, estamos a trabalhar para que no futuro possamos ter aqui melhores soluções e, acima de tudo, que possamos ter o trânsito ou o estacionamento, neste caso, o mais organizado.

Quanto à questão da ponte da Vista Alegre. A ponte tem as suas características próprias e aquilo que hoje verificamos acontece há já muitos anos, porque o tabuleiro é em madeira e requer uma manutenção muito mais diária, digamos, mas quando não é diária todas as semanas as nossas equipas passam no tabuleiro para verificar e há sempre alguma tábuas para substituir ou para pregar. Já fizemos um investimento maior, quando mesmo algumas tábuas não estavam com má qualidade foram substituídas. Estamos a preparar, como já tivemos oportunidade também de referir, a possibilidade de construção de uma ponte nova ou da reabilitação da existente. Mas também fizemos, nas últimas semanas, inspeções técnicas à ponte da Vista Alegre e à ponte Juncal Ancho, porque são duas travessias que nos preocupam bastante e queremos ter a certeza de que cumprem as condições de segurança ou, no caso de não cumprirem, que possam ser intervencionadas quanto antes de forma a salvaguardarmos pessoas e bens.

No caso, e penso que é o que me cumpre mais responder, à questão do trânsito na Costa Nova, é importante frisar na questão falada pela senhora deputada Margarida Alves quanto à praia não vigiada e aquilo que poderá ter sido a demora no socorro. Bem, é assim que que

nós verificámos esta contestação que houve passado uns dias, até foi iniciativa do partido CHEGA essa contestação, aquilo que fizemos de imediato foi pedir informações à nossa proteção civil. Aquilo que lhe posso assegurar é que nos foi a dado a conhecer que não houve qualquer implicação no trânsito naquele que foi o socorro. Temos sim informação que a VMER demorou bastante tempo porque não havia disponível em Aveiro e teve que vir de Santa Maria da Feira. Tivemos também a informação que era necessária uma ambulância com enfermeiro e que a mesma só estava disponível em Mira.

Quanto à questão do projeto não vou discutir aqui porque já o discutimos no passado. E, se calhar, depois também a questão do estacionamento que refere também já o referimos antes e é, de facto, um problema. Mas posso falar quanto ao estacionamento porque também é uma questão muito importante. Houve um trabalho conjunto com as autoridades, nomeadamente com a Guarda Nacional Republicana e também com a Junta de Freguesia, em que nos sentamos à mesma mesa para definir novos sentidos de trânsito ou aquilo que poderemos fazer para tornar o trânsito na Costa Nova mais fluído, e aquilo que poderiam ser a salvaguarda das condições de segurança em caso de socorro. Aquilo que verificamos é que realmente em alguns sítios melhorou, outros poderá ser melhorado, mas, felizmente ou infelizmente, é difícil classificarmos, pela procura que temos quanto melhores forem as condições mais pessoas chegarão às nossas praias.

Ainda há duas semanas, esta pequena comissão, ou esta comissão informal, voltou a reunir para fazer o balanço daquela que foi as novas regras implementadas. Em breve procuraremos estabilizar a solução, sendo que todas as soluções estarão sempre em experimentação, ou seja, estarão sempre disponíveis para melhorar. E aqui também um agradecimento grande à GNR e ao senhor Presidente da Junta, porque têm sido incansáveis. Mesmo já depois de implementado, fizemos algumas alterações, logo no início, e a discussão tem sido profícua. Muito obrigado, Senhor Presidente.»

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:20':32")

«Duas ou três notas também sobre algumas das questões, nomeadamente aqui para o senhor deputado Flor Agostinho.

Realmente o problema nas piscinas existe porque há qualidade no serviço que presta. Portanto, já há alguns anos que se vem a registar este problema. É evidente que nós não descartamos nunca a hipótese de utilizar uma plataforma digital que possa socorrer ou que possa resolver este problema. Mas o diagnóstico que fizemos àquilo que o mercado oferece o problema iria refletir-se da mesma forma

Só para que o senhor tenha noção, e vou lhe dar só aqui uns dados, porque não quero ocupar o tempo com isto, e poderei ter o gosto de pôr um técnico municipal a explicar-lhe esta situação quando o senhor assim o desejar, em vez de criar este suspense sobre as coisas, porque eu gostava também que a imprensa, depois, em vez de fazer o alerta viesse saber quais foram os problemas após isso tudo. Mas isso... saudar também a presença da comunicação social nesta noite aqui e também a que possa estar a ouvir lá fora.

Mas para o senhor perceber... Nas vagas e renovações, nós oferecemos 523 lugares. Naquilo que são vagas na fase de novas inscrições para municípios, oferecemos 229 lugares. Oferecemos para os não municípios cerca de 123 lugares. E oferecemos também vagas no final do período das inscrições, porque há aqui uma prioridade das pessoas sempre nas primeiras horas do dia, e quando falamos nas primeiras horas falamos aquilo que são 9:45, 17:15, 18 horas, 18:45, os horários que as pessoas privilegiam mais. Então, depois desta oferta toda, veja só, temos aqui 65 pessoas, 39 em lista de espera; 37 destas novas, 2 são alterações de turma, que pediram alterações. Das 39 pessoas ficaram na lista de espera dos municípios, 37 estão à espera de novas vagas. No caso dos não municípios, temos 91 pessoas à espera de vaga e, neste caso, 46 pessoas, destas 46 pessoas, 13 já pediram alteração, portanto, pediram para ir para outro horário, portanto servem-se. Temos 33 ainda novos à espera de vaga. Portanto, no total temos 85 pessoas, 15 alterações de turma e 70 novas sem vaga. Isto só em Ílhavo. Podia-lhe refletir agora, aqui, nos adultos e na piscina da Gafanha da Nazaré, mas reflete-se desta forma, da mesma forma. Portanto, não há hipótese.

Vou-lhe já dizer também não havia necessidade nenhuma das pessoas irem para lá às 2 da manhã, porque nesse dia, às 8 da manhã, ainda havia 6 ou 7 senhas. Portanto, as pessoas estiveram lá, essas 4 ou 5, se tivessem isso às 8 da manhã tiravam a senha e tinham até às 6 ou até às 7, porque nunca viemos embora sem fechar o processo das pessoas que tiraram as 50 senhas por dia. Penso que foi muito bem engendrado pela equipa técnica da Câmara, com o nosso apoio e a nossa aprovação, e o resultado foi excelente. Se vamos repeti-lo para o ano que vem? Vamos tentar melhorá-lo. Se é com uma plataforma digital ou não, estamos muito contentes com o resultado, penso que não houve, para lhe dizer sinceramente,

nenhuma reclamação ao nível da que aconteceu ano passado, ou seja, não registei nenhuma reclamação, não houve nenhuma evidência na Câmara Municipal sobre problemas que possam ter surgido a este nível. Portanto, deixaria este problema por fechado.

Há aqui um assunto que me preocupa, da Margarida.

Mas iria-lhe dizer, eu sobre o Terminal dos Bacalhoeiros ou a Avenida dos Bacalhoeiros há intenção de se fazer a obra. Penso que se trabalhou muito mais agora do que se trabalhou no passado. Também penso que sim. Penso que se envolveram muito mais as entidades do que se trabalhou no passado, mas isso é fruto decorrer deste processo, percebe? Se calhar há 3 ou 4 anos atrás, não íamos falar como falamos agora, porque há a perspetiva de haver um Mar 2030 que possa financiar. Há a perspetiva de haver outros projetos comunitários que podem são vir a dar aqui uma luz verde para esta obra, devido àquilo que nós queremos, que é as alterações climáticas cobram a estes PGRIs que sejam aqui. Portanto há esta situação. E há também, como sabe, a pretensão de alocar os pescadores locais numa marina ali. Gostaríamos que ficasse na do Egas e estamos com este trabalho. Senhor Presidente da Junta também teve presente neste trabalho, os industriais do bacalhau por causa das cotas de soleira. Se queremos mais estacionamento, se não queremos. Se queremos o contato mais perto da água ou fora da água. Houve discussões que eu acho que não tinham existido no passado, mas é fruto do correr do processo. Agora, quando é que a obra vai surgir? Eu vou deixar algumas reservas sobre isso.

Lhe possa dizer que as equipas que estão embrulhadas neste momento, nomeadamente o Porto de Aveiro, a Câmara Municipal, Senhor Presidente da Junta, os armadores do bacalhau e as outras entidades, a CCDR C e tudo, há vontade para se fazer esta obra. Portanto, eu penso que ela poderá ter luz verde num futuro próximo. Agora não lhe consigo medir isto, 24, 25... oxalá que não acabe este quadro comunitário para ainda termos suporte nestas fontes de financiamento.

Relativamente ao "DAE", não quero que fique com nenhuma confusão sobre isto. O processo está em andamento. Na questão do Beira Ria, do Vista Alegre e nas piscinas municipais está resolvido o problema porque já havia pessoas com esta formação, foi só recapitulação da formação e fez-se. Mas continuamos com dificuldade em que as associações enumerem, pelo menos, seis pessoas para controlar esses equipamentos. Porque nós andámos à frente. Comprámos os equipamentos e depois é que fomos atrás das pessoas. Se tínhamos ido com as pessoas e depois para os equipamentos, se calhar, hoje, não estava a falar comigo, está a ver? Mas andámos ao contrário. E eu sempre lhe disse hei de fechar este processo. E, neste momento, tenho não só a equipa que estava presente, mas também o nosso coordenador da proteção civil sobre este processo. Portanto, deixámos de ter equipa do desporto, a nossa técnica que já tem a formação também, a nossa técnica já tem, o nosso professor da escola ténis também já tem a formação, e, portanto, neste grupo estão aqui, diria, 26 pessoas, neste momento, com formação. Mas precisamos de atingir 60 ou 80. Agora não sei se não continuo com a mesma dificuldade das associações nos enumerarem quem é que vai tirar o curso, porque essa tem sido a dificuldade. Penso que daqui também ficou resolvido este assunto.

Relativamente ao senhor Sérgio Louro. Eu não lhe posso dizer muito sobre o navio Santo André.

O navio Santo André, como sabe, dir-lhe-ia, vou utilizar um termo forte, mas tem uma guilhotina à porta, uma tómbola, ok? Portanto, quando atingimos o limite máximo de pessoas não entra mais ninguém. Portanto, não acredito que estivessem pessoas para além que a limitação que se prevê para o navio. Pudessem estar aglomeradas num sítio e que o nosso técnico possa ter algum descuido sobre essa matéria, acredito que possa acontecer. Não acredito que seja, mas vou fazer essa verificação sobre isso.

Relativamente à questão do falecimento do cidadão. Eu gostaria de ter tempo, porque vai haver segundas intervenções, gostaria de lhe mostrar o relatório que tenho da Resgatíhavo, juntamente com todos os elementos da proteção civil que já reunimos e fizemos o balanço da época de praia. E vou-lhe dizer, lamentamos muito estas situações, mas eu acho que as pessoas, normalmente não é pelos aglomerados de pessoas é por outra razão qualquer, por vezes não entendem o mar que temos e descuidam-se completamente por mais que haja advertências. Portanto, por vezes um agueiro, como sabe, parece que é o mar mais calmo que temos na praia, é o primeiro a levar a pessoa. Ainda no domingo passado, perante uma prova do Campeonato Regional que a Associação de Surf de Aveiro, a ASA, fez, valorizei muito o trabalho dos surfistas porque, como sabe, a época acabou no dia 15 e são eles que são suporte muitas das vezes do alerta neste momento do que se passa nas nossas praias e de resgate muitas das vezes. Portanto, fica aqui esta nota. Não falou sobre aquilo que foi o miúdo que desapareceu, mas olhe, há dezenas deles que desaparecem por meia hora e por

uma hora – o senhor Presidente da Junta estou a vê-lo lá a confirmar - mas nem sabíamos disso, porque normalmente a Resgatílhavo não fazia parte dos relatórios destes desaparecimentos momentâneos de miúdos na praia. Só este é que foi o único que conseguiu ultrapassar a barreira que era o parque do Labrego, desculpe da Costa Nova.

Porque nenhum ainda tinha ultrapassado aquela zona. Portanto, a fotografia que nos deram para identificar que passámos a toda a gente, toda a gente a tinha, o miúdo estava completamente diferente do que aquilo que se apresentava na praia. Como é que ele consegue sair? Pensa-se que ele saiu à 1:30 e dizem, há pessoas, que às duas e um quarto já estava na Vagueira. Eu acho que há aqui qualquer coisa que não está muito bem, mas deixemos isso. Houve alguma dificuldade de comunicação. Os pais também não mostraram aquela preocupação. Eu, digo-lhe sinceramente, que aqui na Câmara tive pessoas a sofrer nesse dia e muito quando souberam isso, porque refletiram sobre a vida deles.

Pronto, eu acho que está tudo de uma forma geral, Senhor Presidente, muito obrigado. Estarei disponível se houver alguma dúvida do futuro. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:29':22")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Vou abrir então as inscrições para uma segunda ronda. O CHEGA, acho que já não tem tempo. Não tinha ali segundo e meio? Ok.

Do Partido Socialista, Luís Leitão. Só? Muito bem. Do Unir Para Fazer? Pedro Cristo. E do PSD? Augusto Rocha, Margarida Alves. É só? Não, eu disse segundo e meio, não disse 28 segundos. São 28? Muito bem. Então temos aqui o Sérgio Louro.

Sérgio, por favor, 28 segundos “à Porto”.»

Sérgio Louro, Grupo Municipal do Chega: (01:30':33")

«É só para informar o Senhor Presidente, na visita que fiz ao Navio-Museu Santo André, o torniquete estava fora de serviço.

E para informar o vereador João Semedo que ele está mal informado relativamente ao acidente do cidadão espanhol. Como eu disse, foi feito tudo o que era humanamente possível para reanimar. Inclusivamente, estava na praia um médico, uma enfermeira e o meu filho esteve presente nessa intervenção. Eu sei em primeira mão o que se passou. Obrigado.»

Luís Leitão, Grupo Municipal do PS: (01:31':23")

«Boa noite a todos. Senhor Presidente da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara. Respetivos membros da Assembleia. Público e as pessoas que estão lá por casa. Muito boa noite a todos.

Eu queria aproveitar o facto do comentário do Pedro Cristo sobre o novo rumo político dos últimos dois anos de mandato ou referente aos dois anos de mandato, para deixar aqui duas ou três notas.

Um pouco ao estilo de balanço, um balanço não muito rigoroso. Também não pretendo estar aqui a fazer a contabilidade do mandato. Não é este o momento, não é esta também a necessidade que nós vemos nisso. Mas o objetivo desta análise é discutir, de certa forma, as reformas implementadas em Ílhavo nos últimos dois anos e apreciar o seu impacto, tanto nos cidadãos, como no município em si, pois, frequentemente, as reformas são apresentadas como referências, mas raramente é evidenciado o seu impacto na população. Na prática, efetuando uma abordagem qualitativa, julgo que foi feito um levantamento da atividade do Executivo de forma pouco profunda, admito, mas com uma leitura desapaixonada da visão de quem é oposição, mas que sustenta uma análise das reformas efetuadas pelo Executivo do UPF nos últimos dois anos, como reformas de carácter muito reativo e fragmentário, provocadas pela necessidade de criar a ilusão de fazer ou fazer diferente, por falta, talvez, ou tentativa de se escudar no chavão de tentar equilibrar as finanças muitas vezes serve para a falta de ação. Esta ação não é mais do que uma desculpa ajustada a outros tempos que sim, que fez sentido, mas neste momento encontra-se desajustada face ao conforto económico e financeiro, tanto da situação que receberam, como da situação atual que têm gerido. Ao contrário, atendendo aos inesperados e inimagináveis momentos que vivemos, deveríamos ampliar e alargar o núcleo de atividades autárquicas, de modo a que a instituição pudesse estar mais atenta ao serviço dos mais vulneráveis. Essencialmente atenta às vulnerabilidades concelhias, como a habitação e a proteção social dos inesperados desfavorecidos, que até há muito pouco tempo seriam, eventualmente, cidadãos com a sua situação normal e, até nalguns casos, de classe média.

Também as movimentações migrantes que inesperadamente se tornaram realidade local e que tradicionalmente eram apenas características de zonas muito urbanas e densamente habitadas. Deveria também o Executivo libertar, tanto quanto possível, a autarquia de uma estrita intervenção casuística ao sabor dos acontecimentos e, em alternativa, conferir uma função sistémica que planeie e preveja as dinâmicas económicas e sociais atuais. Isto sim, deveria ser prioridade de atuação. Recordo também alguns itens do extenso programa generalista do UPF que ajudam a entender alguma da minha crítica. Dizia no programa, propomos o combate à desertificação da sede do município, tomando medidas de incentivo ao retorno das famílias e empresas, nomeadamente através de bolsas de apoio ao pagamento de rendas. Há novidades, pergunto, consistentes e reais? Passaram dois anos. Mais algumas... por exemplo, propunham-se também para uma plataforma multicanal de fácil interação entre todos os serviços camarários e os munícipes, de forma a agilizar processos e a promover eficiência e transparência e o acompanhamento em tempo real por parte do interessado. Lembro aqui que em 10 anos de mandato, nestes últimos dez anos de mandato na Assembleia, não me lembrava de ter assistido a reclamações sobre dossiers de munícipes nesta Assembleia, a propósito da condição dos dossiers, da falta de informação e de eventualmente falta de resposta. E até tratamento discriminatório, independentemente das opiniões e das discussões que já cá foram apresentadas nessa altura.

Pretendiam também simplificar procedimentos administrativos, diminuir os tempos de espera e aumentando a qualidade do serviço prestado. É caso para dizer se já ouvimos falar nas piscinas e nas noitadas, independentemente da perspetiva otimista que o nosso Presidente nos falou há pouco, a realidade e as críticas dos envolvidos contrastam com a situação apresentada. Pretendemos trabalhar em parceria com as Juntas de Freguesia do Concelho, de forma construtiva e no respeito pela autonomia e Independência dos diferentes órgãos. Por isso consideramos que devem ser alcançados acordos de transferência de competências mais ambiciosas com as freguesias, e concretizar em contratos plurianuais. Aqueles três senhores lá atrás já deram a resposta, na última Assembleia, a propósito daquilo que será aquilo que prometem e a vossa atuação.

Pretendemos que as reuniões dos órgãos concelhios sejam presenciadas pelo maior número de pessoas possível. Por isso, para além de promovermos a difusão destas reuniões em plataformas digitais, tal e tal, tal, tal, tal, tal. Pergunto eu se lembram das restrições e bloqueios discutidos nesta Assembleia a propósito das transmissões desta Assembleia.

Pretendiam também fomentar a participação dos mais jovens na discussão de outros assuntos comuns na prática democrática, pelo que os órgãos consultivos, como a Assembleia Municipal Jovem, o Orçamento Participativo, etc., e todos, são instrumentos essenciais na interação entre os eleitos. Sim, mas recordam-se das vossas posições acerca destes temas? Enfim, poderia haver muitos mais, mas o tempo urge e dá-me alguma pressa, e atendendo às necessidades, também, na discussão da estratégia local para a habitação, sublinhamos também, aqui, a insuficiência de verba orçamentada no Programa Municipal de Apoio à Habitação, a Requalificação do Parque de Habitação Social, a habitação municipal em regime de renda apoiada, etc.

Merecíamos mais e melhor execução, como já discutimos também no passado. Sabemos que as limitações e os condicionalismos são enormes e, portanto, o que foi feito é positivo, mas fica aquém daquilo que seriam as necessidades. E se, na altura, as coisas até poderiam parecer ajustadas, a dinâmica dos últimos, eu diria, quase que meses, na sociedade é transversal ao país toda esta problemática, mas estamos cada vez mais longe de estar próximos da situação ideal. Ou seja, é tempo também de cuidar não só da habitação social, mas também da habitação a custos controlados, por exemplo, que proteja a classe média e que limite também a especulação imobiliária, da qual o nosso Concelho é, eventualmente, também já um péssimo sinal. Talvez o impacto da construção nas praias possa estimular esse desempenho. Também os resultados na contabilidade do nosso Município já revelam essa dinâmica da construção. Importa não esquecer a classe média.

Em síntese, e para terminar, e porque não assumimos apenas esta condição só para nós, mas pensamos que a atuação - para nós, enquanto partidos e grupos parlamentares nesta Assembleia - mas pensamos que a atuação dos elementos do Partido Socialista nesta Assembleia se tem caracterizado e se caracteriza pela capacidade de apresentar os problemas sentidos pelas populações e pelo contributo que damos para a dignificação dos órgãos autárquicos, pela forma séria e responsável como temos e iremos continuar a intervir, lutando pela ambição de uma mudança real. E falo na mudança real porque a mudança que o povo de Ílhavo compreendeu e exigiu, dando a preferência pelo voto na lista do UPF, mas em conjunto com a votação do Partido Socialista, reforçaram uma mensagem clara, um voto maioritário numa opção de mudança política. Que, desafortunadamente, como dizem os

espanhóis, mudança política que Vossas Excelências não têm sabido protagonizar por incapacidade ou temor da capacidade das vossas decisões, e mais não têm feito que assumirem-se como agentes de continuidade das políticas do PSD e da política do engenheiro Caçoilo. É, pois, tempo de assumir a mudança que o povo de Ílhavo exigiu pela força do voto.»

Pedro Cristo, Grupo Municipal do ‘Unir Para Fazer’: (01:40:41”)

«É uma das competências desta Assembleia fiscalizar e acompanhar a atividade da nossa Câmara, a atividade do nosso Executivo. Por razões que, como sabem e conhecem, e que partilham todos este lugar, tenho acompanhado as reuniões públicas do Executivo, não presencialmente, mas por via dos meios de difusão pela Internet. E gostaria de, com isso, partilhar aqui, junto dos meus colegas desta Assembleia, aquilo que para mim foi, que vi como uma preocupação. Com certeza que não será aos olhos de outros colegas aqui desta Assembleia, mas eu olhei com alguma preocupação algumas decisões tomadas pelo Executivo Municipal.

Trouxe aqui dois casos só para explicar bem e no final concluo, faço a minha conclusão e cada um de nós fará a sua que assim bem entenda.

Trago um caso que foi tratado a 8 de agosto, na reunião de Câmara, no seu ponto 13. Foi uma proposta de atribuição de medalha municipal vermelha - vou dizer o nome do proponente, porque está no edital da ordem de trabalhos, o Senhor Manuel da Rocha do Bem Barroca - que, como sabem, pelo Regulamento Municipal das Distinções Honoríficas, a declaração de voto é secreto, por acaso, não foi secreto, e a proposta foi recusada com 4 votos contra e 3 a favor. É a democracia a funcionar. Não está aqui em questão.

A minha questão é política. E política porquê? Se tiverem oportunidade de ver, ou consultar a ata, que essa já está disponível, até dia 8, as razões porque depois voto é secreto, mas as pessoas fizeram declaração de voto, os membros do PSD, o membro do PS, fizeram declaração de voto a dizer por que razão votaram contra. Por isso, deixou de ser secreto a partir do momento que assumiram. E das razões que argumentam é que o Senhor Presidente não falou previamente com eles. O Presidente não falou previamente com o PSD e com o PS. O Senhor Presidente está a propor uma distinção honorífica que, por tradição, é atribuída na altura do feriado municipal. E nenhum, nenhum membro do Executivo colocou em causa o mérito da pessoa.

Eu recordo que no artigo 2, o objetivo das distinções é homenagear publicamente pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras que se notabilizem pelos seus méritos. No artigo 4.º é proposta, por escrutínio secreto, são atribuídas por pela Câmara Municipal, por deliberação maioritária de todos os seus membros em efetividade de funções, por escrutínio secreto, mediante proposta do Presidente da Câmara, que foi o caso. Respeitava-se. Artigo 32º - Cerimónia de entrega. As distinções honoríficas previstas no presente regulamento devem ser entregues ao agraciado em cerimónia solene e pública, agendada para o efeito, a realizar preferencialmente nos Paços do Município ou noutro local de prestígio municipal, e, sempre que possível, no âmbito do Feriado Municipal. Por isso, a oposição, muitas vezes, faz-se dizendo nas GOP que vamos aprovar, mas a oposição muitas vezes faz-se com pequenas coisas que, sendo quase simbólicas - e eu não sou familiar do senhor - mas criaram aqui algum constrangimento pela posição do PSD e pela posição do PS. Volto a dizer e a afirmar, nunca foi colocada em causa o mérito da pessoa. Nunca. Por questões formais.

Segundo caso, para terminar. De 1 de setembro. Ponto 4: ratificação de despacho autorizado a ratificar de administrativo recorrido. Estamos aqui perante um pedido de utilização de espaço público que, alegadamente, está irregular. Não conheço a situação, mas para perceberem um bocadinho a conclusão que quero tirar de imediato, existia um processo de utilização do espaço público, no caso era uma esplanada que foi recusada por senhor Vice-presidente no seguimento dos pareceres técnicos da Câmara Municipal de Ílhavo que davam parecer desfavorável à implementação dessa ou essa utilização do espaço público. O requerente fez, requereu revisão ao Executivo e o Senhor Presidente autorizou, a ratificar em próxima sessão de Câmara. O Senhor Presidente autorizou, manteve a recusa, ok?, no seguimento dos pareceres dos técnicos da Câmara.

O que eu queria dizer aqui é que, entretanto, o senhor recorrente foi notificado do indeferimento. E tivemos no dia 1, uma situação que foi o seguinte: o Executivo não ratificou a decisão tomada. E aqui não interessa os motivos, podem consultar o vídeo, aqui a minha questão é muito direta para o senhor Presidente. Senhor Presidente, eu gostaria de saber se esta recusa de ratificação daquilo que o senhor fez, autorizado a ratificar, se transforma uma recusa de autorização de utilização do espaço público em aprovação. Gostaria de saber esta situação.

Segunda, tendo este ato de não ratificar qualquer tipo de consequências jurídico-legais. Até porque venho da banca durante muitos anos e quando autorizava a ratificar alguma coisa que não é ratificado, seria alvo de outros níveis de análise e de acompanhamento.

E terceiro, senhor Presidente, gostaria de saber se por acaso este abanar de tapete, não puxar o tapete, mas este abanar de tapete coloca em causa o normal funcionamento desta Instituição, do Município de Ílhavo, para situações análogas que possam eventualmente acontecer, digamos, de futuro. Era só.»

Da Câmara Municipal

Vereador do Executivo, Sérgio Lopes: (01:48:06")

Defesa da Honra

«Boa noite a todos. Senhor Presidente, eu vejo-me obrigado a vir defender a minha honra enquanto vereador eleito do Partido Socialista. Porque me vejo perante uma situação em que uma posição minha sobre dois assuntos que não são competência desta Assembleia Municipal, são competências exclusivas da Câmara Municipal, uma posição minha é escrutinada aqui. Está livre de o fazer, ainda que eu considere uma falta de lisura que o faça num fórum em que eu não me possa defender sem ser recorrendo a uma figura limite de defesa da honra.

E, portanto, eu defendo a minha honra lendo as minhas declarações de voto sobre o ponto 13 da reunião de Câmara de 8 de agosto de 2023 que propunha a distinção honorífica ao senhor Manuel da Rocha do Bem Barroca.

Eu declarei o seguinte. Eu tenho que fazer uma declaração, o meu voto é secreto e, portanto, não é uma declaração de voto. É uma declaração que espelha a minha intervenção, mas gostavam de ver qual é o meu sentido de voto e eu assumo e assumi junto do promotor desta ideia, junto do senhor Presidente da Câmara, com quem tive o gosto de conversar e assumo com total frontalidade, sem nenhuma vergonha.

E declarei eu: «Não tenho qualquer reserva em relação à substância da proposta de atribuição de distinção honorífica à personalidade em causa. Portanto, se alguma coisa mobiliza contra esta proposta, não é certamente qualquer discordância com a possibilidade de o Município de Ílhavo homenagear Manuel da Rocha do Bem Barroca. O que me mobiliza contra esta proposta é o procedimento adotado pelo Senhor Presidente da Câmara de agendamento desta proposta, sem que antes tenha ocorrido diálogo com os Vereadores no sentido de garantir acolhimento de forma consensual, fazendo perigar uma longa tradição da Câmara Municipal de Ílhavo de que todas as distinções honoríficas sejam aprovadas por unanimidade, para garantir lealdade institucional entre os elementos da Câmara, para proteger o órgão de propostas sectárias e para respeitar as pessoas e entidades que, em cada momento, merecem a sugestão de uma das partes representadas no Executivo, mas que não obtém aprovação do todo.

Ora, para garantir esse consenso é essencial que ocorra uma conversa prévia com os Vereadores, promovida pelo Senhor Presidente, a que tem cabido a apresentação posterior das propostas. Esse momento de diálogo não ocorreu e o Senhor Presidente devia estar consciente dessa sua obrigação. Se não está, é de uma inabilidade inqualificável, se está e não a cumpriu desrespeita profundamente os Vereadores, a Câmara e a pessoa visada na proposta. E, acima de tudo, a pessoa visada na proposta.

A validação deste procedimento, através do consenso que a substância da proposta mereceria, acarretaria o risco de se abrir um precedente, aliás muito provável tendo em conta a arrogância que o Senhor Presidente da Câmara adotou no debate deste ponto. Que não se conte, portanto...»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:51:09")

«Sérgio vai ter que concluir está bem?»

Vereador do Executivo, Sérgio Lopes: (01:51:11")

«... que não se conte, portanto, com o PS para que se abra esse precedente a bem do normal funcionamento da Câmara, tendo por base a lealdade institucional que deve existir entre eleitos que o Senhor Presidente tentou romper com esta forma de atuar.

Terminando, lamenta-se que assim tenha que ser, mas o único responsável por outro desfecho que não a unanimidade na aprovação desta proposta é o senhor Presidente da Câmara, porque decidiu conduzir o processo de forma dividida ao invés de conciliadora.

Tenho pena de não poder falar sobre o outro ponto, mas a declaração de voto está presente. Lamento a falta de lisura da bancada do UPF na abordagem deste assunto.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:51':48'')

«Muito obrigado, Sérgio Lopes. Vamos então prosseguir com as intervenções. Augusto Rocha, por favor.»

Augusto Rocha, Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação (Grupo Municipal do PSD): (01:52':14'')

«Boa noite, Senhor Presidente. Mesa. Senhor Presidente da Câmara e respetivos Vereadores. Senhores membros da Assembleia. Público aqui presente na sala. Comunicação social. Miguel Araújo. Técnicos e o Público que nos vê lá em casa. Isto é muito simples.

Já previa alguma turbulência motivada lá pelas caravanas. Quando é para arranjar soluções ninguém aparece, mas depois fica logo toda a gente nervosa. Eu não me vou esticar muito na justificação. Penso que o vereador João Semedo já o fez e bem.

Explicar aqui, agora, estou um bocado mais brincalhão, porque isto está demasiado sério.

É o UPF a dizer que nós estamos com o PS. É o PS a dizer que nós estamos com o Unir. E só falta ali o Sérgio dizer que nós estamos com os outros dois. Portanto isto começa a ser um bocado complicado perceber quem é que anda com quem. Mas pronto.

Agora um esclarecimento frontal aqui para o Pedro Martins. Nada que não... só mesmo para esclarecer, e depois algumas bicadas, como é óbvio.

Os jogos não se fazem por falta de limpeza. A Junta tem feito limpeza regular, quer no campo, quer à volta do campo. Coisa que nunca era feita antes de eu entrar para a Junta. A informação que lhe é transmitida deve ser filtrada e vá ao terreno e pergunte. Pedro, é ir ao terreno e perguntar às pessoas. A informação que me dão também, não era possível ser feita porque não havia equipamento para isso. E não havia porquê? Porque eventualmente as opiniões de quem lá estava achavam que não seria necessário. Ou melhor... não gosto muito de falar no passado, mas vou ter que falar um pouco para justificar isto. Se o pensamento de quem lá estava anteriormente é parecido ao vosso, eu começo a perceber porque é que o PS levantou tantos problemas na aquisição dos equipamentos que agora servem para a limpeza que vocês criticam que não era feita. Não sei se perceberam. Comprámos um novo trator, destroçadores e tudo para fazer limpezas de grande porte, porque não temos pessoas. Mas o PS, na Assembleia de Freguesia, levantou imensos problemas para que eram 2 tratores, se já tínhamos um.

Portanto, a limpeza não era feita, nunca foi feita pela Junta de Freguesia antes de eu entrar para o Executivo, e mesmo nessa altura já, eventualmente até, a licença para utilização do campo para os fins a que foram propostos já tinha sido cancelada por falta de utilização e por falta de criação das infraestruturas que a legislação tinha obrigado ou quem despachou tinha obrigado a fazer. E que não foram feitas. Mas essa informação, vocês também a devem ter. Portanto, a população disse-me que nunca anteriormente lá tinha sido feito qualquer limpeza por parte da Junta de Freguesia. Da Câmara Municipal, é pá, não faço ideia se foi, se não foi, foi muita, foi pouca... mas da Junta tenho a certeza que não foi.

Eu começo a tentar aqui perceber algumas coisas. Se calhar aquilo, e agora mudando para uma terra que eu até gosto, mas só tenho ouvido notícias tristes, que é Anadia. Se fosse para fazer, como em Anadia, uma residência universitária lá no campo de futebol, se calhar lá vocês até estariam de acordo, mas pronto isso é outra.

Esta parte já falei.

Eu penso que vocês não são, e anteriormente a eu estar na Junta e quem lá esteve também não era. E bem. A utilização dos vários espaços, ou dos equipamentos públicos, deve ser rentabilizada e otimizada. E não é por esta sala ser com cadeiras para uma Assembleia Municipal que não se possa utilizar para outros fins. Como, a meu entender, um campo que está inutilizado por falta de utilização, que nós tentamos manter o mínimo de condições e que faz um jogo por ano - e que não vai deixar de fazer, porque eu já me propus também ir a ir à baliza, porque correr já não tenho capacidade para isso - portanto, não vai deixar de ser um campo. Poderá eventualmente ter outro tipo de utilização que faça bem à freguesia, ao município e a todos nós. E a quem o utiliza? O que me parece, eventualmente, mal, por exemplo, a Junta de Freguesia utiliza o Salão Nobre para as reuniões da Assembleia de Freguesia, utiliza para, como temos poucas instalações, para o atendimento do apoio à vítima de violência doméstica, inclusivamente disponibilizei o meu próprio gabinete para o doutor Marques Leal dar lá consultas, enquanto o posto de saúde estava em obras - eventualmente, depois, optou-se por outra solução - mas eu abdiquei do meu gabinete para isso. Portanto, eu sou apologista da utilização dos espaços para várias funções. Agora também não percebo, e o Pedro eventualmente também não perceberia, mas que foi feito na minha Junta de Freguesia, imagine-se agora estarmos aqui na Assembleia Municipal e estar aqui, nesta porta

aqui ao lado, não é no gabinete do Presidente, é aqui nesta porta ao lado, a terem aulas de bateria. Imagine como era a nossa conversa aqui. Portanto, há coisas que às vezes me transcendem quando as pessoas emitem opiniões. Eu não estou a falar no caso do Pedro. Atenção. E eventualmente alguma das informações que lhe foram transmitidas não foram as mais corretas, deveriam ter sido. Portanto, os espaços públicos devem ser utilizados e devem ser otimizados. De que forma? Andamos a ver. E o vereador já explicou. Como os sentidos de trânsito, também já explicou. Uns concordei, outros não concordei. Andamos a ver as melhores soluções. E a questão do autocaravanismo, não é um problema, que eu não entendo o autocaravanismo como um problema, mas é uma dificuldade que todos nós temos convivendo, nomeadamente as autarquias. E não é fácil, em época balnear, regular o que quer que seja. Penso que tentámos minimizar um problema que existe nas praias, com a condicionante do POC também em termos de estacionamento. Vamos tentar chegar aqui em épocas de maior sufoco à utilização daquele espaço, se assim entendermos e for unânime a decisão por todas as entidades competentes que regulam o espaço. Portanto, era só isso que eu queria dizer, Pedro. As informações às vezes que chegam embora venham de pessoas do próprio partido, às vezes vêm um bocado enviesadas e não correspondem na totalidade à verdade. Mas, se quiser, um dia qualquer ligue-me. Nós passamos lá para ver o espaço e eu explico-lhe como é que nós estamos a fazer, está bem? Obrigado a todos.»

Margarida Alves, Grupo Municipal do PSD: (02:00:47")

«Boa noite a todos. Vou ser sucinta. Obrigada, Presidente da Junta da Gafanha da Encarnação pelo esclarecimento prestado, mas deveria ser o Presidente da Câmara a dar. Peço imensa desculpa que é mesmo assim, porque nós também temos liberdade de pensamento. Mas fico triste quando vejo de debaterem, aqui, assuntos que são da competência da Câmara virem para a Assembleia Municipal.

Pedro Cristo, eu acho que aqui nós estamos a falar de coisas da Assembleia Municipal e não devemos confundir a posição dos Vereadores do Executivo em reuniões de Câmara. Eram estas duas críticas que eu queria fazer. Fiz uma do PSD e fiz uma do Unir Para Fazer. O Chega terá a sua vez e o PS também. Obrigada.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:01:27")

«Muito obrigado, Margarida. Senhor Presidente tem 1 minuto e... faz favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:01:52")

«Vou tentar ser cirúrgico nas respostas. Bem, eu queria elogiar as menções que o Pedro Cristo fez relativamente à celebração dos dois anos que todos nós aqui deveremos estar contentes, porque fomos eleitos e estamos, hoje, a discutir aqui a política nacional, aquilo que é um projeto único no Município de Ílhavo, que é o orçamento participativo e a vitória da Joana Gião. Este valor de 69.000 euros irá ser aplicado em breve e estamos a trabalhar já nesse sentido.

Também aquilo que será o nosso trabalho na Associação Nacional de Municípios Portugueses, que já o preparámos e que estamos prontos para estar lá sábado, eu, o senhor Presidente da Assembleia e o senhor Presidente de Junta da Gafanha da Nazaré.

Uma nota rápida para o senhor Sérgio Louro. Eu dir-lhe-ia que, se calhar, nem todas as informações que lhe chegam sobre o acidente serão as melhores, mas também não tenho tempo para o discutir, nem acho... A perda lamentamo-la, lamentamos o salvamento da pessoa a seguir, que estavam lá os meios necessários para salvar e conseguimos salvar logo, e a pessoa no momento a seguir também teve o problema.

O Luís Leitão não traz novidade nenhuma. Aquilo que eu lhe deixo é que pensei que ele nos 10 anos teria mudado alguma coisa na sua forma de intervir. Não leio nada da sua parte e gostaria também que lesse a outra parte do nosso compromisso. Não lesse só essa, continuasse a ler o compromisso e poderá encontrar alguma coisa que lhe deu sucesso.

Dar os parabéns ao Senhor Presidente da Junta pela sua intervenção, pela forma que tem guiado alguns dos trabalhos. Muito obrigado, Senhor Presidente. É tudo.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:03:24")

«Muito bem, terminamos o período antes da ordem do dia. A Mesa, depois de reunida, decidiu, por unanimidade, conceder um intervalo de 10 minutos. Até já.»

Os trabalhos foram interrompidos, por indicação do Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, por cinco minutos, às 23:02. (02:02:38")

Os trabalhos foram retomados às 23:15.

Período da "Ordem do Dia"

Ponto 1. "Conselho Municipal de Saúde de Ílhavo: eleição de um Presidente de Junta, em representação das Freguesias do Município".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:15:44")

«Vamos passar à Ordem do Dia. Ponto 1: Conselho Municipal de Saúde de Ílhavo: eleição de um Presidente de Junta, em representação das Freguesias do Município.

Pergunto se existe alguma lista candidata.

Recebemos uma lista. Não há mais nenhuma lista. Muito bem. Recebemos uma proposta do PSD, não sei se o Flor Agostinho quer...»

António Flor Agostinho, Grupo Municipal do PSD: (02:17:07")

«Então nossa proposta diz o seguinte.

Verificando-se a necessidade de promover a eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Saúde de Ílhavo, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 9.º, do Decreto-Lei 23/2019, de 30 de janeiro, propõe-se a designação de Carlos António das Neves Rocha, Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré para desempenhar o referido cargo.

Efetivamente, quando propomos o Carlos António, o que está em causa para nós é o facto do Carlos António ser um autarca já com alguma idade e muita experiência, muita experiência, na autarquia. Tem tido uma grande luta na questão do Centro de Saúde da Gafanha da Nazaré. Ele tem o conhecimento fortíssimo do que se passa no Centro de Saúde da Nazaré, e também de Ílhavo, em especial na Nazaré porque acompanhou os Secretários de Estado quando cá vieram e prometeram e não cumpriram. É pessoa que, enfim, de alguma maneira, tem ouvido muitas reclamações por parte dos munícipes relativamente à saúde no Concelho. E penso que é uma pessoa que, neste órgão, desempenhará as funções que lá estão atribuídas no artigo 10.º com cuidado, com, enfim, com algum rigor e com interesse, e com vantagem para todos nós. Porque aquelas responsabilidades que lhe são atribuídas são fundamentais, porque há a criação, aqui, de uma série de documentos estratégicos para o Concelho, em termos de saúde. Pensamos nós que o Carlos António tem este *know how* do passado que lhe permite fazer boas propostas e desempenhar bem o cargo.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:18:58")

«Muito obrigado. Portanto, só temos uma proposta, uma lista, que vamos denominar como lista A. O voto vai ser secreto. Portanto, as pessoas votam proposta A ou não colocam nada e abstêm-se.

Eu vou pedir à Segunda-Secretária, Irene, para fazer a chamada.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:23:16")

«Depois de contados os votos, o Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha Nazaré, Carlos António Rocha, foi eleito por maioria, com 23 votos a favor e 2 abstenções.

Ponto 2. "3.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:23:35")

«Vamos passar ao ponto 2: "3.ª revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023", e começo por dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:23':52")

«Obrigado, Senhor Presidente. De acordo com aquilo que a informação que vos foi prestada dar só aqui uma satisfação ou outra relativamente ao documento que vos foi entregue e que já foi, também ele, aprovado por maioria na reunião de Câmara. Portanto, dar nota da inserção de 1.390.000 euros do lado da receita e que tivemos que cabimentar naquilo que é a despesa. Com isto também obrigam-nos a fazer algumas retificações já nos planos plurianuais, de 24 e 25, pelo menos, e, portanto, alguns decréscimos e acréscimos, fruto daquilo que são as leituras orçamentais não só vistas pelo Executivo, mas também de acordo com aquilo que a contabilidade nos obriga, neste caso, a contabilidade das autarquias locais.

Mas temos aqui desde aquilo que são a aquisição de novas máquinas para os nossos serviços de jardinagem, a parques desportivos, a novas aquisições de alguns imóveis, também. Há aquilo que são os acordos que vamos fazer com as associações desportivas, de lazer e de recreio também o reforço da verba, nesta altura, para fazermos agora, dentro de algumas semanas, também os acordos com essas associações. Alguma aquisição também de equipamentos para melhorar tudo o que é a parte de informática e também algum equipamento básico também para a nossa Câmara Municipal.

Salientar também aqui uma nota importante de um reforço de verba para aquilo que são as inspeções que queremos fazer nas nossas pontes. Ouvir falar aqui no PAOD também da ponte da Vista Alegre e, portanto, temos requeridas 2 inspeções a estes equipamentos e, possivelmente, a intervenção logo direta também se alguma coisa acontecer. Mas pelo menos na ponte Juncal Ancho há aqui algumas notas também, depois daquilo que foi a intervenção da POLIS, que poderão levar-nos a ter que fazer alguma intervenção. Portanto, vamos verificar novamente isso para depois ajustarmos as obras.

Também a aquisição de alguns carros novos, nomeadamente carrinhas de trabalho para a nossa Câmara Municipal, assim como a luta por a continuidade do projeto da eficiência energética, que está enquadrado no Portugal 2020. E, portanto, temos aqui uma luz verde da CCDD-C, juntamente com a CIRA, para podermos avançar. Estamos a todo o pano a tentar fazer por 3 módulos esta obra e, portanto, tivemos que retificar também aqui os valores. E, portanto, com esta situação, passamos a ter aqui a inserção, em 23, de 1.390.000, retificação para 3 milhões em 24 e 8 milhões em 25. É tudo Senhor Presidente, muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:26':45")

«Muito obrigado, Senhor. Presidente.

Vou então abrir a primeira ronda de inscrições. Começo pelo PS. Alguma inscrição? Temos o Luís Leitão. Depois temos o Unir Para Fazer. Quem se inscreve? Pedro Cristo. Mais alguma inscrição? Não? muito bem. Do PSD? Flor Agostinho. Do Chega? Prescinde. Então vamos começar pelo Luís Leitão, por favor.»

Luís Leitão, Grupo Municipal do PS: (02:27':28")

«Boa noite, mais uma vez. É apenas para dar conhecimento de que, mantendo aquilo que é tradição da nossa parte, acerca desta questão, mantemos o mesmo sentido de voto com que fizemos a nossa votação das grandes opções do plano. Ou seja, é um assunto que consideramos não nos revemos nas grandes opções do plano apresentadas pelo UPF, mas viabilizamos, com a abstenção, o vosso pedido de - faltam-me as palavras, peço desculpa - do ajuste orçamental em função da vossa dinâmica. Obrigado.»

Pedro Cristo, Grupo Municipal do 'Unir Para Fazer': (02:28':22")

«Boa noite, mais uma vez. Estamos aqui com a receita não prevista, com excedente de receita proveniente essencialmente pelo IMT, e não por IMI, que assim, demonstra, digamos, o nível crescente de transações. Já no passado ano tivemos uma situação semelhante, com certeza provocado por aumento de preços e não tanto por uma questão de aumento substancial de fogos no nosso Concelho, apesar de começarmos a ver já algumas ruas por aí ao alto.

Relativamente à aplicação deste valor, digamos assim, não previsto. Eventualmente sou um indivíduo um bocadinho mais prático. E gostaria, quando olho para isto, pedi informação mais precisa do que é que estaríamos aqui a falar. Se calhar para as pessoas que estão em casa e para nós que estamos aqui, se calhar, é importante saber o que é que até ao final de 2023, este um milhão e qualquer coisa que corresponde. Depois até para ficar no final de 2023, temos aqui 62.500 euros, que é para reverter o nosso piso zero, aqui deste edifício. Até

final de 2023, temos aqui 16.000 euros para equipar, com equipamentos informáticos, 23 Milhas que estavam a necessitar, e, como tal, a possibilidade de o fazer.

Temos aqui 100.000 euros para continuar a trabalhar, até ao final de 2023, com a aquisição de viaturas mais eficientes. Temos aqui mais 100.000 euros relativamente à eficiência energética, que não é nem mais nem menos, apesar do senhor Presidente falar da eficiência energética, gosto mais do prático, para mudarmos os caixilhos das piscinas no sentido de melhorar, digamos assim, a eficiência energética naquilo que é a estanquicidade do próprio edifício. Temos aqui 240.000 euros que são para serem aplicados via Estratégia Local de Habitação que contempla a aquisição de um imóvel já identificado e de um terreno, no seguimento da Estratégia Local de Habitação que nós aqui aprovámos e a mesma vai se concretizar até final de 2023. Temos aqui outros equipamentos diversos, como máquinas. Mas temos uma intervenção que tem sido, digamos assim, adiada no Pavilhão Municipal Adriano Nordeste, que está aqui já contemplado com um valor 230.000 euros. O senhor Presidente já falou aqui de pontes e projetos na conservação e reparação de 66.000 euros, quanto este valor que foi canalizado para lá. Temos para o Mercado da Costa Nova alocado um valor de 52.500.

Isto, aquilo que eu aqui fiz foi nem mais nem menos do que política. Foi dizer aquilo que o senhor Presidente disse de uma forma um bocadinho mais prática para que, se calhar, todos nós possamos perceber que há trabalho a ser feito. E esta alteração permite que ainda se ande mais rápido e se concretize alguns projetos que, se calhar, para 2024 estariam para serem feitos, e que vão ser feitos já até final de 2023. Bem-haja a todos. Obrigado.»

António Flor Agostinho, Grupo Municipal do PSD: (02:31:32")

«Eu devo começar por fazer das palavras do Luís Leitão, as minhas palavras. Também nós, desde já, dizemos que nos vamos abster, porque nós não nos revemos neste orçamento. Isto é uma alteração a uma revisão ao orçamento inicial que nós também nos abstivemos. Mas só gostava de acrescentar mais algumas coisas.

O Pedro Cristo disse, e muito bem, é que temos aqui uma receita extraordinária, de 1.650.000, IMT é 1 milhão, Derrama são 250 mil, transferências de participações são mais 200 mil e o IVA reembolsável são 200 mil. A isto deduzimos aquilo que não vamos executar, que são 259 mil euros de FEDER. Portanto, fundos comunitários continuamos maus. A situação não é agradável. Relativamente às obras, relativamente aos investimentos, o Pedro Cristo trouxe-nos aqui algumas novidades que eu não conhecia, não sabia, não consegui descortinar nesta documentação. Não sabia que a aquisição e reparação de maquinaria para o 23 MILHAS, os 16 mil euros. Sim senhora, fiquei a saber agora. Eficiência energética 100 mil euros, que é para caixilhos da biblioteca, da piscina, da piscina, desculpem lá. 29.500 que é para a carta educativa. Temos aqui 100 mil para a creche, que penso eu que será creche da Gafanha do Carmo, não sei. Fala em creches. O Fórum da Maioridade, 25 mil euros da Gafanha da Nazaré. O 1.º Direito, pensava eu que eram terrenos, afinal é um imóvel, porque mais à frente na exposição, fala em terrenos, agora o Pedro veio esclarecer que é um imóvel, 240 mil euros. Projetos, 30 mil euros enfim. Nós identificámos todas estas rubricas. O Illiabum 230.500 euros?! Estamos em setembro. Outubro, novembro, dezembro, 3 meses. Será que isto é executável? Será que lançar concursos, adjudicar, fazer a obra e faturar? Acreditamos muito pouco. Qual será o resultado disto? Temos receita, não vamos ter despesa, no final temos um saldo orçamental menor ou maior? Vamos ver se não será maior que o ano passado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:33:51")

«Muito obrigado. Senhor Presidente da Câmara, por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:33:56")

«Muito obrigado, Senhor Presidente.

Bem... nesta história do adivinhar que obras é que estão ali a dizer, a cultura não é só 23 Milhas, pode ter atirado o tiro para o 23 Milhas, mas aquilo está na cultura, não é só 23 Milhas. Mas muito bem. Eu tenho só uma referência a dar sobre isto.

Independentemente das votações e tudo o resto, continuo a admirar aqui a postura do senhor Flor, Agostinho, relativamente ao FEDER, porque eu acho que a preocupação dele deveria ter sido há uns anos atrás, ver se conseguia mesmo que o FEDER, associado ao Portugal 2020, tivesse realmente um volume de candidaturas que pudessem hoje estar, aqui, a trazer dinheiro. Sabendo que o FEDER esteve diretamente ligado ao Portugal 2020 e não esteve

ligado a outras fontes de financiamento. Mas quem sou eu para discutir consigo essas matérias, visto que já li tudo. Pode mostrar o que quiser, sabe quem fez esses mapas? Pois, é importante.

É importante o senhor manter-se o silêncio, que é o que eu faço quando estou também a ouvi-lo está a ver? Mas tudo bem, não sou eu que faço o controlo desta Assembleia, portanto, limito-me a responder àquilo que são as minhas questões.

Relativamente a isto, portanto, fico contente por todas as apreciações que foram feitas ao documento. Acho que estamos no bom caminho, independentemente daquilo que possa ser a previsibilidade dos fundos e daquilo que possa ser o resultado do saldo de gerência. O que é certo é que a Câmara Municipal, daquilo que eu disse, continua a admitir que nós fazemos estas revisões, e já o disse em junho, fruto de um orçamento que esteve muito centrado naquilo que era a base da receita pensada para este ano e que, efetivamente, fruto dum trabalho que fizemos relativamente àquilo que era o reembolso daquilo que é um imposto, que é o IVA, que muitas das vezes está a ser taxado naquilo que é a nossa bilhética e que temos que fazer o reembolso, é fruto de três anos sem reembolso.

Relativamente ao IMT, tem uma questão que nós não temos tanto, ou não falamos aqui diretamente sobre esse imposto. E, relativamente aos outros impostos, não interessa muito falarmos sobre eles. No final, faremos o Balanço desses impostos. O que interessa é que a nossa governabilidade da Câmara Municipal, ou a nossa governança, está a dar neste momento frutos para que os fundos disponíveis possam abrir estes procedimentos para candidaturas que nós queremos ver firmadas, no futuro, como obras. E, portanto, é este o resultado desta revisão. Tínhamos que o fazer, portanto, não podíamos deixar para outro momento. Muito obrigado a todos.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:36:38")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Abro então uma segunda ronda de inscrições. PS, alguma inscrição? Do Unir, alguma inscrição? Do PSD não há nenhuma inscrição. Do Chega não há nenhuma inscrição.

Senhor Presidente, não sei se quer dizer mais alguma coisa. Também não quer dizer mais nada. Muito bem, concluídas todas as intervenções, coloco à votação o ponto 2 da Ordem do Dia.

Quem vota contra? Quem se abstém?

A 3.^a revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2023 **foi aprovada por maioria com zero votos contra, 8 votos a favor e 17 abstenções.**

Existe alguma declaração de voto? Não, muito bem.

Ponto 3. "Comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal de 01JUN2023 a 31AGO2023".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:37:58")

«Passamos já para o ponto 3, "Comunicação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal entre o dia 1 de junho e 31 de agosto de 2023".

Começo por dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:38:09")

«Obrigado, Senhor Presidente. O documento está presente de todos. Se houver alguma situação que os senhores deputados municipais queiram ver melhorada ou algum esclarecimento adicional terei todo o gosto em fazê-lo. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:38:21")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Abre então as inscrições para a primeira ronda de intervenções do Unir? Rui Rufino. Mais alguém? Do PSD? Temos o Flor Agostinho e a Margarida Alves. Do Chega, temos o Sérgio Louro. E do PS? Temos o Pedro Martins e a Diana Gandarinho. Muito bem. Senhor Rui Rufino, faz favor.»

Rui Rufino, Grupo Municipal do 'Unir Para Fazer': (02:39:08")

«Ora, boa noite. Cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia. Cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara, os senhores Vereadores. Restantes membros da Assembleia. Estimado público aqui presente e em suas casas.

Este relatório da atividade municipal incide sobre as atividades realizadas nos meses de junho, julho e agosto, atravessando, portanto, praticamente, todo o Verão. E o Verão é o nosso tempo de férias, de diversão, de celebração, pelo que teve todo o sentido a aposta da Câmara Municipal na promoção e realização de variados eventos que foram ao encontro desta vontade de festejar e conviver. Tiveram lugar então, no Concelho de Ílhavo, uma série de iniciativas e festivais que envolveram muitos munícipes e que atraíram pessoas todas as idades dentro e de fora do Concelho. Destaque para a Rádio Faneca, para o Mariato e, claro, para o Festival do Bacalhau, eventos diferentes, cada um com seu foco, mas que têm vindo a crescer e a abranger um número cada vez maior e mais diversificado de atividades. Houve espetáculos e música, houve ofertas gastronómicas para todos os gostos, houve desporto, houve convívio, houve cultura. Em suma, houve vida em Ílhavo para que os de cá e os que não são de cá pudessem estar cada vez mais tempo no nosso Concelho, no período de férias. Destaco, claro, o Festival do Bacalhau por, além de ser uma montra do que de melhor temos no nosso município, representar também um significativo apoio às associações, através do impacto positivo que tem nas suas receitas. Nesta mesma linha, merece também referência o apoio prestado pela Câmara à Associação e Clube que organizaram, respetivamente, o Festival da Sardinha e o Festival do Marisco.

Importa ainda referir que a linha de continuidade que tem sido dada à manutenção destes eventos ao longo dos anos vem sendo acompanhada da introdução de novidades e de melhorias. Este ano, por exemplo, no Festival do Bacalhau foram instaladas cozinhas modulares, com melhores condições para a confeção das refeições e dois painéis LED no recinto dos espetáculos que ofereceram uma melhor experiência de visualização aos espectadores. Isto tudo, num tempo em que já se vive uma certa normalidade, na medida em que, felizmente, já se ultrapassou o tempo da pandemia e, por aquilo que transparece na resposta das pessoas, sem grandes traumas. Depois de um clima de euforia em 2022, onde a adesão às atividades derruba todos os recordes, fruto da urgência em sair de casa para romper com sucessivos confinamentos, agora parece restabelecida a mesma forma de estar e de viver anterior a 2020. A celebração é mais tranquila, mas também mais descontraída. As pessoas aderiram mostrando confiança neste novo tempo pós-pandémico, mas também em quem organizou, preparou e participou nestas iniciativas, algumas de enorme magnitude e complexidade, tendo sido assegurado, em todas, um serviço competente e de enorme qualidade. Esperamos que nos próximos anos se continue a apostar e investir não só na manutenção destes eventos, mas também no esforço contínuo de melhoria, de forma a mantermos níveis elevados de adesão face à concorrência de outras propostas para o Verão nos concelhos vizinhos.

No entanto, não se deixou neste Verão de considerar os problemas que foram surgindo, porque não se pode deixar de assinalar os 413 alertas, pedidos de intervenção e reclamações que chegaram à Câmara Municipal. Mais de metade destas comunicações já foram resolvidas e com a devida resposta ao munícipe, as outras foram encaminhadas para as respetivas unidades orgânicas para que se possa tomar as iniciativas necessárias para a sua resolução. A política de proximidade faz-se sobretudo nesta atenção para com as preocupações das pessoas e esta tem de ser a nossa prioridade em qualquer lugar e em qualquer tempo. Destaque ainda, até porque correspondiam efetivamente a uma grande parte da atividade municipal destes 6 meses, para o trabalho realizado para garantir o sucesso daquelas que serão as próximas grandes obras em Ílhavo e na Gafanha da Nazaré, e que já foram mencionados entre anteriores assembleias municipais. A requalificação dos centros de saúde e de três escolas do nosso Concelho.

No que respeita aos centros de saúde, neste momento, de acordo com este relatório, já se concluíram estudos prévios e foram já submetidas as respetivas candidaturas ao financiamento necessário.

Relativamente às escolas, prepara-se também a formalização das suas candidaturas a financiamento. Mas por muito que estas obras de grande envergadura sejam uma prioridade e exijam um forte envolvimento do executivo municipal, não podemos esquecer tudo o resto. Há mais vida para lá destas obras.

As outras escolas do Concelho, por exemplo, também merecem a nossa atenção, estando em marcha o processo de requalificação e prolongamento da rua doutor Joaquim António Vilão, junto à Escola Secundária da Gafanha Nazaré, no sentido de melhorar o fluxo de trânsito nas imediações da escola, não deixando de continuar a considerar a bicicleta como

principal meio de transporte nas deslocações dos alunos para a escola. Ainda uma referência para a intervenção realizada na Escola Básica do 1.º Ciclo da Costa Nova, onde foi reabilitado o edifício afeto ao hotel, construído um novo telhado e pintado todo o exterior.

Uma palavra ainda para outros projetos, como a preparação de um concurso de ideias para a construção de uma nova ponte da Vista Alegre, como já foi referido há pouco, e o desenvolvimento dos procedimentos para a definição de uma nova centralidade na Gafanha da Nazaré. Iniciou-se também a intervenção no Centro Cívico da Gafanha do Carmo. Criou-se um novo parque de merendas, no Esteiro da Malhada. Repararam-se as coberturas, zonas interiores com infiltrações do edifício socioeducativo da Gafanha da Encarnação. Abriu-se ao público a renovada Piscina Municipal de Vale de Ílhavo, garantindo mais seguras e confortáveis condições de utilização. Importa salientar ainda a preocupação com o ambiente, tendo sido instalada, no edifício da Câmara Municipal, uma unidade de produção para autoconsumo coletivo que permite produzir eletricidade limpa e renovável, contribuindo para uma considerável redução do consumo de rede elétrica pública anual e com repercussão na diminuição de dióxido de carbono e de custos com a energia. Não podendo mencionar tudo o que está a ser feito e que é anunciado neste relatório, procuro dar apenas uma amostra da multiplicidade de trabalhos e de projetos que a Câmara Municipal tem estado empenhada em concretizar.

Fica claro, neste relatório e por este relatório, a preocupação deste Executivo em assegurar condições para que todos se sintam bem em Ílhavo, procurando manter e trazer as pessoas ao nosso Concelho para festejar e celebrar, mas também para viver o seu dia a dia com qualidade. Conseguimos olhar para vários lados, promovendo a celebração e a resposta aos problemas quotidianos, trabalhando na grande e na pequena obra, projetando o novo, sem deixar de assegurar a manutenção do que já tem algum tempo. É este equilíbrio entre o estrutural e o conjuntural que evidencia a maturidade da atuação deste Executivo, que trabalha em prol de um Concelho mais moderno e atrativo, procurando paulatinamente cumprir aquilo que foi e continuará a ser o compromisso do movimento Unir Para Fazer. Servir as pessoas, vendo-as como o princípio e o fim de toda a governação. Obrigado.»

Margarida Alves, Grupo Municipal do PSD: (02:46':44")

«Muito obrigada, Senhor Presidente. Também quero agradecer ao Flor Agostinho a amabilidade de me deixar intervir à sua frente, porque foi a primeira pessoa inscrever-se, mas é um *gentleman*. Nada que me surpreenda e que já estou habituada.

Após ouvir a intervenção anterior, eu acho que a Câmara Municipal de Ílhavo não precisa de um gabinete de comunicação, nem subcontratar ninguém para publicitar o trabalho feito na campanha de Verão. Mas eu vivo num concelho de Ílhavo 365 dias, à exceção de 8 a 15 dias que vou, me ausento para outras localidades para descansar e também desligar do trabalho. Porque eu vivo neste Concelho e gosto deste Concelho, e nunca senti que as pessoas não fossem bem recebidas no nosso Concelho. Eu fui bem recebida em 1990 e, passados 33 anos, cá estou e sou autarca e gosto de cá viver, estar, trabalhar e gozar os espaços.

Naturalmente que isto não é só mudar o nome para mariato. Isto já existia, não é? As atividades para os jovens já existiam. Era o Festival da Juventude, depois passou a semana jovem que depois passou, naturalmente, para o Marolas, agora é o Mariato, chamem o que quiserem. O importante é chegar às pessoas. Mas não foi só agora, não foi só Unir Para Fazer. A ideia nem é do Unir. A ideia tem, desde que eu estou a viver neste Concelho. Aliás, desde que vivi não. Já eu vivia no Concelho quando isto começou a aparecer com evidência para os jovens.

Não esquecer também o Festival dos Cabelos Brancos que se existe também se deve ao Executivo do Partido Social Democrata. Em pleno estado de pandemia, durante 2 anos, nós fizemos um trabalho de proximidade aos nossos idosos para que não se sentissem esquecidos. Porque não podemos esquecer que isto é tudo muito lindo, o centro de saúde de Ílhavo, a unidade de saúde da Gafanha da Nazaré vai ter obras de reabilitação. A promessa veio do Secretário de Estado em 2017. Não fez nada. Zero. Bola, desculpem lá o termo que estou a utilizar futebolístico, mas é verdade. E o Partido Social Democrata atrasou este processo de aceitação de descentralização, de assumir esta competência na área da saúde e da educação pela complexidade dos dois temas. Porque nós tivemos 2 anos de pandemia. Aliás, a pandemia ainda está aí. Ainda ninguém disse que ela acabou. Por norma os processos pandémicos podem ter uma duração de 10 anos, dizem os médicos. Portanto, a investigação ainda decorre, o processo de vacinação, etc., etc. Portanto, durante o mandato anterior, durante 2 anos, o Partido Social Democrata teve que liderar um Concelho de emergência derivado do estado pandémico. O Concelho, como os outros concelhos por este país fora, porque fizeram mais que o Estado, que o governo central. Nisso, os parabéns a

todos os municípios, sejam socialistas, sociais- democrata, movimentos independentes, seja o que for. Todos os autarcas estão de parabéns. Aí sim.

Agora foi lançado o projeto, a candidatura. Se eu não estou enganada 3 milhões para a Gafanha da Nazaré e, depois, para Ílhavo à volta de 2 milhões e qualquer coisa. Estamos a falar num espaço temporal muito grande. Até lá vamos fazer festas, festivais, festinhas. E vamos viver durante dois meses de saber receber as pessoas. Não. Nós recebemos as pessoas durante 365 dias por ano. Por isso é que nós temos das maiores empresas no nosso Concelho. Por isso é que nós somos dos concelhos que têm uma taxa de desemprego reduzida e de grande taxa de empregabilidade. Aliás, podia ser maior a taxa de empregabilidade se as pessoas se dispusessem a trabalhar, porque existe oferta. A procura é que está reduzida. Mas isso agora trazia aqui muita conversa.

Claro que nós não podemos viver sem cultura, naturalmente. Mas a cultura já existia... nada de novo. Agora não aparece nada de novo. Não há uma ideia nova. Não há uma atividade nova. Não há arrojo. Mudar o nome, isso é arrojo? Não creio que seja. Naturalmente que há uma situação que me preocupa bastante é não haver arrojo no controle do lixo que é feito por quem nos visita, por quem cá está por tempo temporário. Porque há subcontratações. E este lixo está à vista de todos os cidadãos pelo nosso Concelho todo. Nomeadamente na Gafanha da Nazaré, basta andar na Avenida José Estêvão ao fim de semana e durante a semana para verificar que não é o carro passar com a roldana de limpeza a 10 ou 15 cm do passeio porque não limpa nada, só faz é vento, levanta é mais pó. Portanto, é este controlo que tem que existir. A descarga, a recolha dos contentores tem que ser mais cuidada, tem que ser mais evidente porque não está a ser suficiente. E isto tem que ser falado. Isto tem que ser controlado. E aqui, na atividade, de facto, durante 2 meses, num espaço onde temos mais pessoas e recebemos mais pessoas, não houve essa preocupação. Não vi, de facto, no relatório, essa preocupação de dizer que estamos preocupados, queremos fazer mais, correu menos bem. Portanto, o nosso Concelho não vive só de vida e cultura, mas também vive de vida e trabalho. E nós sem trabalho não conseguimos ter cultura. Venha quem vier. Quem pensar o contrário não vive na realidade que se adivinha, porque nós não podemos falar em celebração quando começamos um relatório a dizer que vivemos períodos inflacionista, lamentando, naturalmente, os juros que são pagos à banca. Quer dizer... as pessoas lembraram-se agora. Mas vai doer mais porque os juros não vão baixar. Ainda vão dizer que os bancos é que são os culpados disto. Mas pronto, vamos ver o que é que se avizinha. As pessoas também não fizeram o seu aforro, não fizeram a sua precaução e também temos que olhar para nós próprios e verificar se, de facto, nós também estamos a contribuir para isso. Isto foi um aparte que eu fiz, não é para o Senhor Presidente, naturalmente.

Além disto, aqui um alerta para a Câmara Municipal e também para a Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação, por causa do parque canino que lá está, porque tem havido algum vandalismo e falta de cuidado dos próprios utentes. Eu sou utente desse parque e verifico muitas vezes as pessoas não têm o cuidado de tratar daquilo que os seus “quatro patas” involuntariamente, não... voluntariamente fazem e muitas vezes deixam lá. Depois costumam dizer, “Ai, a Junta não faz, a Câmara não faz”. Eu faço o meu trabalho, eu levo saquinhos. Eu levanto, não só do meu querido quatro patas, mas também dos outros, se for necessário.

Mas isto é uma campanha de sensibilização porem lá uma placa sobre esse assunto para melhora. E também noto que, ao pé da cerca, os cães chegam lá, ou alguém ou algumas toupeiras, não faço ideia, estão a dar cabo das cercas. Qualquer dia, mais vale não estarem lá as portas.

Daquilo que também me preocupa é de toda esta atividade, porque, pronto, também ao abrigo do relacionamento que tenho fora de ser autarca, que é a queixa... queixa?! Eu espero que não seja queixa e que isto se reflita naturalmente na próxima folha, no próximo mês da folha salarial dos funcionários da Câmara Municipal de Ílhavo que trabalharam nestes festivais e que ainda não viram suas horas extraordinárias e refletidas nos recibos de vencimento, de forma a evitar que mais haja um processo contra o município.

Senhor Presidente, apelo à sua sensibilidade para que verifique, de facto, se isso está a acontecer. E se estiver a acontecer que exerça a sua preocupação no departamento, se as horas, de facto, estão processadas, se são pagas aos trabalhadores, porque sem os trabalhadores o município, de facto, não anda para lado nenhum. Obrigado.»

António Flor Agostinho, Grupo Municipal do PSD: (02:56:30”)

«Vamos lá tentar ser rápidos.

Hoje apeteceu-me fazer aquilo que fazia um grande autarca desta casa, o senhor Naia Sardo, que vocês todos conheciam. O senhor Naia Sardo trazia o papel, depois trazia as folhas dobradas e levantava caso a caso. Recordam-se perfeitamente. Então, se estivesse aqui o

Naia Sardo começava logo aqui pela mensagem do Senhor Presidente e por dizer o seguinte ao Senhor Presidente. Ainda bem que o Senhor Presidente reconhece aqui, por escrito, a verdade: “apoiámos o Festival da Sardinha e o Festival do Marisco, dois eventos gastronómicos organizados por duas associações do nosso Concelho”. Efetivamente está bem escrito porque inicialmente transpareceu que aqueles eventos eram organizados pela Câmara, ou seja, a publicidade foi de tal maneira que era enganosa. Mas o Senhor Presidente esclareceu e muito bom.

O Mariato, acabámos de falar, é uma atividade que já vem do passado. Só que o Mariato era um mês, passou para 9 dias. Para o ano não saberemos. Será que passa para 1 dia? Vamos ver.

Depois falamos aqui no orçamento participativo. O orçamento participativo foi uma iniciativa do Executivo anterior, ou a ideia, que depois não conseguiu implementar, seja por alguns motivos. Nós apoiamos, nós estamos solidários, entendemos que sim senhora, que é uma boa iniciativa. Mas eu vi a notícia da Terra Nova e fiquei estupefato. O orçamento participativo custou à Câmara 85.000 euros. Votaram no projeto ganhador 148 pessoas. Ou seja, 148 pessoas influenciaram 85.000 euros do nosso orçamento. O orçamento que foi atribuído à Gafanha da Nazaré, para os nazarenos que aqui estão, foi de 85.000 euros. Na Gafanha da Nazaré existem 15.551 cidadãos. Portanto, uma pequena obra que é, enfim, de iniciativa de 148 pessoas, é comparável, em termos de valor, a uma obra que deveria ser, ou a obras que deveriam satisfazer 15.551. Isto dá que pensar. Algo está errado. Ou o orçamento das juntas é pequeno, ou o valor do orçamento participativo é muito elevado. Eu não estou a criticar, eu acho que nós devemos ponderar isto porque o cidadão normal não vai entender estas questões, penso eu. Eu, à primeira vista, quando vi a notícia no jornal, não entendi. Se houvesse uma maciça votação no projeto, ainda que vá. Depois, ainda sobre o orçamento participativo e a ganhadora, eu tenho alguma dificuldade em perceber como é que vamos localizar todos estes equipamentos num espaço que, hoje, é um parque de estacionamento ou é um recreio para crianças de difícil acesso, muitas vezes para as pessoas idosas que frequentam aquele mercado. Vamos acabar com o encontro das caravanas. Ainda não percebi muito bem onde é que vamos pôr as tabelas, o campo de ténis, lá a parede para subir, enfim. Alguém... vamos ver o que é que vai acontecer no futuro.

Depois a questão financeira da Câmara está espetacular, como todos sabemos, e temos vindo dizer isto. Mais uma vez, realçar que o empréstimo está quase, quase, quase a terminar, como já sabemos há algum tempo, só temos um empréstimo para pagar. São 1.700.000 euros que certamente este Executivo vai honrar e vai terminar ainda no seu mandato.

Uma questão que aqui foi muito discutida, foram os processos judiciais. Vocês, não sei se tiveram o cuidado de ler, são 20 processos que nos foram informados. Desses 20, 10 são do Executivo anterior e os outros 10 já são deste novo Executivo. Portanto, aquilo que nós prevíamos... processos judiciais estão sempre a crescer, processos judiciais nas câmaras é coisa que não falta.

Todos sabemos que o cidadão tem todo o direito de reclamar. O cidadão tem todo o direito de não se sentir bem. E isto tem a ver com aquilo que foi aqui - também não quero entrar por aí - daquele município que foi discutir o assunto na reunião de Câmara, que o Pedro Cristo trouxe aqui à baila, esse é mais um que, certamente, vai terminar na barra do tribunal, como todos nós já percebemos. Basta ouvir as intervenções que ocorreram na Câmara. Não duvido mesmo nada que aquilo tudo vá acabar em tribunal. Depois temos a questão dos projetos de reabilitação do Centro de Saúde da Gafanha da Nazaré e de Ílhavo. Saudar, apesar de nós termos, em determinada altura, ter visto documentos em que dizia que já havia de haver obra este ano. Não vai haver obra, vai haver projeto. Já temos candidatura feita em agosto, não sabemos é se está aprovada pelo PRR. Mas avançou, graças a Deus. Estamos felizes, estamos contentes. Era uma necessidade. No passado sempre discutimos estas questões. Trouxemos cá os Secretários de Estado. Nós colaborámos, as Junta de Freguesia colaboraram em pequenas reabilitações do centro de saúde. Ainda bem que isto vai ter, vai ver nascer o sol, apesar de todos sabermos que a saúde já está entregue à Câmara desde o dia um, a transferência das suas competências. Infelizmente, fomos informados aqui no relatório que aquilo que nós aqui aprovámos, que tinha a ver com o Plano Estratégico Local de Habitação e aquele edital que foi publicado ficou deserto. Ou seja, parece que nenhum município esteve interessado em oferecer à Câmara, a troca de contrapartida financeira, terrenos ou edifícios para ocupar. No entanto, ficámos a saber que foram submetidas oito candidaturas para execução de obras de reabilitação de fogos. Se o senhor Vereador nos quiser ajudar a perceber e a dizer os locais, se for possível, porque isto também é um pouco sigiloso, nós agradecemos, se não for possível, ficamos assim. Certamente que virá a esta Assembleia mais informação.

Também ficámos a saber que os pontos de carregamento de veículos - também veio aqui, como vocês se lembram - já está encerrado, tendo os trabalhos para a referida instalação já sido iniciados. Quer dizer, nós, como aprovámos esta questão aqui e na altura foi com alguma discussão, gostaríamos muito de saber quem é o adjudicatário, e se o adjudicatário adjudicou tudo, ou seja, está a instalar todos os pontos de carregamento ou é só faseadamente alguns. Se o senhor Vereador nos quiser ajudar, agradecíamos muito para perceber aquilo que nós aqui votámos.

E chegámos então à elaboração de projetos de especialidade do centro de saúde, já falámos. Falou e muito bem sobre a requalificação e prolongamento da rua doutor Joaquim António Vilão, na Gafanha da Nazaré. Achamos importantíssimo, nomeadamente não só para os professores, mas para os alunos e para os pais que frequentam a escola. Se podermos circular à volta da escola, será uma grande vantagem.

O PRR acabámos de falar nele, pois congratulamos. Foi aprovado, como vocês viram, a porta automática interior do Centro Cultural, 3.600 euros. Foi aprovada a reabilitação da habitação no centro histórico de Ílhavo, 8.000 euros. E temos os tais dois projetos candidatados, a extensão de saúde da Gafanha da Nazaré e a extensão de saúde de Ílhavo, candidaturas apresentadas a 4 de agosto. Não sabemos qual é o ponto da situação, os valores também não sabemos quais são os valores que vão ser aprovados, mas mais mês, menos mês, vamos todos ser esclarecidos dos montantes.

E depois entramos nas escolas. As escolas são projetos, como todos sabemos, eram necessidades, eram urgências os três projetos. E como sabem, isto decorre de um grande negócio ou de uma grande negociação que a Associação Nacional dos Municípios teve para com o Ministério. Conseguiu-se, portanto, que fossem recuperadas 451 escolas do ensino básico e secundário de todo o país. Elas estão classificadas em três níveis: muito urgente, urgente e prioritário. Temos muito urgente mais de 30 escolas, quer dizer aquilo deve estar um caos. As nossas são, felizmente, duas urgentes e uma prioritária. O montante sabemos que é elevadíssimo que vai ser faseado por 13 anos. Portanto, durante os próximos 13 anos andaremos a reabilitar escolas, e ainda bem, e de acordo com a sua prioridade, como é óbvio. Vai haver dinheiro do PRR, vai haver dinheiro do 2030 e vai haver dinheiro do próprio Orçamento de Estado.

Fiquei... eu pensava que é o prazo de submissão das candidaturas era 31 de setembro, afinal foi prolongado para 31 de outubro. Portanto, o Governo ou as entidades só vão começar a analisar as candidaturas a partir de um de outubro, será novembro. Novembro. Mas ficamos muito contentes. Ficámos contentes quando vimos as propostas e verificámos, por exemplo, que na candidatura da Secundária João Carlos Celestino Gomes, a obra estará pronta no dia 31/7 de julho de 2025. E as outras duas, as básicas no final do próximo ano. Isto é fantástico. Esperemos que sim. Está lá, prazo de execução, término de execução final do próximo ano. Os ilhavenses podem ficar contentíssimos com estas decisões que certamente vão ser do agrado da população escolar, tanto dos pais, como dos alunos, como das famílias.

Há aqui uma outra questão que gostava de ter visto, ou que me explicassem, que tem a ver com a Ria Stone. Todos vimos as notícias na Terra Nova de que a Ria Stone, o projeto da Ria Stone tinha sido chumbado. Ou se tinha sido... o termo não é bem chumbado. Agora, não... o termo é... bem, agora não me está a recordar. Mas, entretanto, aparece-nos aqui uma informação dizendo que "após a aquisição da escritura dos terrenos, entregar para compensação da área a desafetar, aguarda-se pela homologação final deste procedimento". Quer dizer, a Visabeira, a Câmara já comprou terrenos, falta saber se a Visabeira já comprou ou não comprou e depois falta saber se vai haver uma reavaliação. E depois saber se o Governo vai voltar atrás. Ou seja, se aquilo que decidiu deixou de decidir, ou seja, vai continuar a apoiar a Ria Stone. Gostávamos que o Senhor Presidente nos informasse se isto é possível ou se vamos avançar neste sentido.

Uma outra questão que também tem andado aí na baila nas escolas tem a ver com os serviços da BusWay. Todos sabemos que não tem sido fácil. Todos sabemos que os pais têm reclamado. Algumas reclamações das escolas quanto ao início aos itinerários, sabemos que isto é um bocado o jogo do empurra. Eu por acaso agora não faço parte do órgão da CIRA, gostava de fazer porque este assunto foi lá discutido. As câmaras empurram para a CIRA, a CIRA, tanto quanto percebemos, só tem um funcionário a tratar disto. Eu acho que isto, não sendo competência direta das câmaras, as câmaras têm que colaborar. Os 11 presidentes de Câmara têm que arranjar uma fórmula de estudar, de minimizar todos esses conflitos que agora estão a surgir com as populações, nomeadamente porque algumas interagem umas com as outras, quer dizer, o autocarro tem que ir para Vagos, porque depois os de Vagos têm que apanhar um outro autocarro, tem que ir para Aveiro porque depois tem que apanhar a lancha para São Jacinto. Isto tem que ser coordenado por alguém, agora não pode é ficar no

ar. Eu peço ao Senhor Presidente, enfim, que tenha alguma sensibilidade para tentarmos resolver estes problemas que me parecem que são prementes e que são necessários para satisfazer as nossas populações.

Tinha aqui mais um assuntozinho que tem a ver com a questão da notícia que saiu, hoje, na Terra Nova, em que se diz que já se gastou em escolas, ou se já investiu nas escolas, 800.000 euros. Eu gostava de saber como. Quer dizer, nós sabemos que para o arranjo ou a requalificação da escola primária da Costa Nova custou 80.000. Não temos visto ou por aqui não passaram grandes investimentos que apontem para 800.000 euros de investimentos no ensino às escolas do nosso Concelho. Tenho dito.»

Sérgio Louro, Grupo Municipal do Chega: (03:10':19")

«Senhor Presidente. Ao darmos uma vista de olhos no relatório da atividade municipal, se, eletronicamente, usarmos a ferramenta de *search*, não falta lá a palavra mobilidade. O problema é que nada está feito. Acho que temos andado de mal para pior e em continuação dos comentários daqui do Flor Agostinho, portanto, em agosto comecei a ver os autocarros azuis a andar por aí e fui ver os horários. E fiquei espantado quando consegui perceber que quem mora aqui no Concelho de Ílhavo tinha dois autocarros de manhã e dois autocarros à noite, dois autocarros de manhã para ir para as praias e dois autocarros para regressar. Quando começo a olhar aos horários de quem mora em Aveiro que quer ir passar um pedaço à praia, fiquei pasmado que tem autocarros de meia em meia hora. Estamos a viver uns tempos em que os combustíveis estão pela hora da morte, portanto o gasóleo está a tocar os dois euros, faz mais sentido do que nunca termos, realmente, um plano de mobilidade urbana. Plano que nós aqui deliberamos a entrada da Câmara Municipal de Ílhavo para este projeto da CIRA e a conclusão a que eu chego é que a única Câmara que está a ser beneficiada com isto é realmente a Câmara Municipal de Aveiro, porque o resto são todos parentes pobres. Depois comecei a olhar e deixa lá ver horários de autocarros para quem mora em Aveiro e quer, por exemplo, vir para a Zona Industrial da Mota. E nada. Portanto, as pessoas não têm outra hipótese senão pegar no seu carrinho e deslocar-se para o trabalho. Portanto, assim, vamos continuar com as pessoas a não utilizar a mobilidade urbana porque ela efetivamente não existe.

Estas críticas que estou a fazer são críticas construtivas. Portanto, alguém na Câmara Municipal de Ílhavo tem que fazer finca-pé e tem que realmente olhar para isto de forma séria e criar um plano e criar carreiras, porque se não houver carreiras, as pessoas, se não houver carreiras regulares, as pessoas não vão deixar o seu carro, vão continuar a usar o seu carro ou eventualmente vão começar a pensar em arranjar programas de partilha de carro, porque, realmente, a dois euros o litro de gasóleo, alguma coisa vai ter que mudar.

Depois, as coisas vão de mal a pior com as pessoas que, frequentemente, apanham o autocarro, aqui, à porta da Câmara Municipal para ir trabalhar ou estudar para Aveiro ou ir para outros compromissos. Tem sido um casino, a tal ponto que os autocarros chegam aqui, os poucos lugares que têm ficam preenchidos em Vista Alegre e as pessoas ficam aqui apeadas. Pior que isso, as pessoas vão pedir justificação para entregar nos seus lugares de trabalho ou na escola e os motoristas remetem-se para o envio, pedem às pessoas para enviar e-mail ou para telefonar. E parece que na empresa BusWay ninguém atende telefone ou tão pouco respondem a e-mails. Portanto, aqui, mais uma vez, carece da intervenção do seu Executivo ou dos técnicos, por forma a corrigir realmente esta situação.»

Diana Gandarinho, Grupo Municipal do PS: (03:14':26")

«Boa noite aos digníssimos presentes e a quem nos assiste em linha. Da atividade municipal destaca-se a evolução da despesa com a ERSUC, até com um gráfico, tem direito a um gráfico.

E nota-se que tem também sido uma preocupação constante demonstrada pelo Senhor Presidente. E nota-se que este tema da gestão de resíduos é cada vez mais relevante. Ainda hoje se falou aqui, penso que foi a Margarida Alves que falou, nas matérias de gestão por conta dos nossos visitantes. Penso que foi o Pedro Cristo que até questionou como é que ia ser a taxa de resíduos para 2024, que acabou por ficar sem resposta. E por causa da pertinência desta situação e das taxas de RSU, isto leva-me a trazer aqui uma temática que foi amplamente divulgada na comunicação social, ou pelo menos no meu algoritmo assim apareceu, foi no passado mês de agosto que a maioria dos municípios abrangidos pelo serviço de recolha do lixo da ERSUC subscreveram e apresentaram a providência cautelar no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, para reverter os aumentos da tarifa do lixo. O meu espanto foi perceber que Ílhavo não estava entre estes municípios e eu gostaria de questionar qual a razão para não termos subscrito esta providência. E claro, não era do

interesse, do ponto de vista do orçamento, não era do interesse esta subscrição? Nós desistimos também de tentar inverter a cobrança da fatura aos munícipes? É que aqui já me parece que nós não estamos assim tão preocupados em servir as pessoas. Obrigado.»

Pedro Martins, Grupo Municipal do PS: (03:16':25")

[impossível transcrever parte da intervenção por manifesta falha técnica no registo de som].
«O senhor Presidente entendeu fazer dessa maneira, eu não vou questionar. O Senhor Presidente é livre de tomar as decisões que muito bem entender. Mas, se me permite, acho que não foi uma decisão muito ponderada e não foi uma decisão prudente, porque depois levou à Câmara Municipal e a ratificação que tinha feito do indeferimento que tinha feito ao recurso, negar o provimento ao recurso particular leva à ratificação da Câmara e a Câmara chumbou. Ora isso não é correto, porque é o próprio Presidente que delegou no Vereador João Diogo Semedo, que indefere e depois vai apreciar o recurso. Onde é que estão as garantias de defesa, as garantias da boa administração e dos direitos dos particulares na sua relação com a administração? De que forma é que isso está assegurado? Claro que não está assegurado. Portanto, quando um particular recorre de um despacho que rejeita uma pretensão sua, deve ver apreciado, esse indeferimento deve ver apreciado em sede de recurso pelo órgão competente, que é o órgão colegial, que é a Câmara Municipal. Eu julgo que isto até para a acautelar, depois, questões que já foram aqui referidas pelo Flor Agostinho, depois isto ir parar aos tribunais e poder haver consequências de ordem até patrimonial ao nível do município. E era isto que eu queria. Eu não me quero alongar porque, sinceramente, para a semana não quero cá vir.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:23':47")

«Muito obrigado, Pedro Martins. Agora sim, Senhor Presidente.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (03:23':54")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Vou passar ao vereador João Semedo.»

Vice-presidente do Executivo, João Diogo Semedo: (03:24':00")

«Vou tentar também ser sucinto para estar em linha com o dr. Pedro Martins e para que a sessão, então, se fique por hoje.

Bem, agradecer desde já a leitura atenta do senhor professor Rui Rufino àquele que é o documento que hoje estamos aqui a discutir neste ponto, e a forma como o esclareceu. Entendemos corretamente.

De facto, e é já aqui numa abrangência maior e a outras intervenções, houve aqui, de facto, um empenho muito grande por parte das equipas desta Câmara Municipal, não só no desenvolvimento de projetos, como foram falados e têm que ser realçados. Houve projetos, nomeadamente os centros de saúde, que foram desenvolvidos internamente, toda a arquitetura foi desenvolvida internamente, portanto, houve um esforço gigante das equipas a trabalharem. As especialidades não foram desenvolvidas internamente, mas exigem uma coordenação de projeto muito grande que foi feita pelos arquitetos desta casa. No que respeita às escolas, foram contratados os projetos, mas teve que haver um trabalho contínuo de coordenação. Esse trabalho foi feito há não só com os Agrupamentos de Escolas, mas também com a DGEST. Aqui também teve um envolvimento das nossas equipas e, portanto, deixar aqui uma palavra de reconhecimento do trabalho desenvolvido. E outros projetos que também foram enumerados. Congratulamos com a aprovação do ponto número 2 da ordem de trabalhos que NOS proporcionará a discussão de importantes assuntos na próxima reunião de Câmara. Também aqui uma nota muito importante aos trabalhadores da divisão da DGESU porque também tiveram um esforço muito grande e reconhecido ainda hoje na visita que tivemos às várias escolas, naquele que é o acompanhamento diário das patologias que vamos encontrando diariamente nas escolas.

Reconheço a admiração do doutor Flor Agostinho quanto ao valor atingido dos 800.000 euros. Vamos ter oportunidade de o ver completamente discriminado por escola, agora, na publicação que vai sair do município. Vai ter essa oportunidade de ver, mas de facto para nós também foi um espanto, como sempre viemos a revelar, que nunca esperávamos encontrar os edifícios no estado que encontrámos. De facto, é... não sei, não há um termo que possamos classificar, mas foi necessária mesmo muita intervenção - e não só nas escolas - onde foi referido um investimento na ordem dos 800.000 euros. Falamos desde obras de reabilitação de coberturas, novos equipamentos desportivos, equipamento hoteleiro,

instalação de estores. Falamos de um investimento muito grande, que, face ao número de escolas, se calhar não é, de facto, muito grande.

Mas também falamos de outros edifícios, como o edifício desta Câmara Municipal, em que inúmeros gabinetes tinham infiltrações. Eu posso dizer que até no meu próprio gabinete tinha uma grande infiltração no teto, como posso também falar da Casa da Cultura de Ílhavo que já há muito tempo estava interdita a possibilidade de realização de exposições, porque havia inúmeras infiltrações nesse espaço que nos condicionavam fortemente. Isto de uma forma mais geral.

Quanto aos esclarecimentos também que foram pedidos sobre a estratégia local de habitação e a questão dos editais não terem tido interessados. Realmente, pronto, tínhamos discutido mesmo nesta Assembleia dessa possibilidade. Aquilo que nós queríamos era dar um sinal de conforto à comunidade, uma vez que tinha existido alguma contrainformação até por algumas medidas do Governo e geraram alguma instabilidade nas pessoas que tinham medo de ficar sem as suas casas. Nós queríamos dar esse conforto, mas, de facto, não houve interessados. Quando refere que foram aprovadas oito candidaturas para fogos, são uma das partes da estratégia, um dos pontos da estratégia, um dos pontos da candidatura ao 1.º Direito, assim é que é, era também a reabilitação dos fogos existentes já no parque habitacional da Câmara Municipal. E estamos a falar de fogos já existentes. São esses os oito fogos.

Quanto aos pontos de carregamento para veículos elétricos, de facto o procedimento está encerrado e está já a diligenciar as nossas equipas com a empresa vencedora para que se inicie a instalação. Portanto, neste momento ainda não há trabalho, efetivamente, no terreno, mas já há muito trabalho de avaliação da proposta para que possam instalar. Até porque há aqui uma importante parte que é da aquisição dos equipamentos e esse tem sempre uns tempos de entrega elevados.

Só mais uma nota para não roubar o tempo todo ao senhor Presidente, que é a questão da unidade industrial da RiaStone. Recordo que se trata de um procedimento que já tinha sido iniciado antes deste mandato e que envolvia a desafetação do regime florestal, e que envolveu um trabalho árduo já neste mandato, nomeadamente para encontrar terrenos para compensação. Recordo que tínhamos alguns contactos para alguns terrenos que não cumpriam nenhuma das formas de resposta àquelas que são as obrigações exigidas pelo ICNF, nomeadamente terem que ser contíguos ao regime florestal, e houve aqui um trabalho. Neste momento esta questão está resolvida e em breve o procedimento estará encerrado.

Quanto à questão do financiamento da própria indústria, não vou tecer qualquer comentário, porque a forma como financiarão o projeto não nos diz respeito, nesta fase. Sendo que o regime poderá estar, vai estar desafetado e aquela área poderá ser alvo de construção. Ainda não foi entregue ao privado, portanto, ainda poderá estar tudo em cima da mesa, mas ele teve pressupostos muito próprios. E pronto senhor Presidente. Obrigado.»

Presidente do Executivo, João Campolargo: (03:30':47")

«Muito obrigado, senhor Vereador. Eu gostaria, em primeiro de tudo, de convidar, mais uma vez - e não o farei muito mais vezes - todos os nossos autarcas que estão aqui nesta Assembleia a participar das atividades da Câmara. Era importante para depois não se falarem aqui algumas coisas que se falam e que se dizem, mas nunca estamos presentes, nunca somos vistos. Se calhar andamos com uma pasta, não sabemos é se os documentos mudam lá dentro ou não, ou se tem alguns documentos. Mas é esse o circuito que fazemos habitualmente todos os dias, pomos sempre na dúvida isso. Tal e qual como muitas pessoas que vão ao canil, gostavam de ter um cão, vão lá buscá-lo, depois é o problema da despesa, depois "olhe, afinal até ladra toda a noite, já nem consegui dormir com o cão; é uma impaciência". Agora vamos ao canil, já não recebem. "Então como é que é? Temos um canil, não recebem o cão?" "Então, o senhor tomou uma decisão agora anda para trás?"

Nós temos vindo a tomar as decisões certas, no momento certo, acho eu, e com aquilo que são as hipóteses que também o Governo da Nação nos vai dando. Não direi que os autarcas anteriores não tiveram responsabilidades sobre os processos jurídicos, que já hoje ouvi aqui falar, porque estão no foro jurídico. E também não sei se os processos que ainda hoje estão a cair na minha mão não têm a ver com processos anteriores e que eu agora também terei que responder sobre eles. Portanto, também me limito àquilo que o nosso assessor jurídico nos faz e que o nosso departamento jurídico também resolve. E julgo que também há aqui algum engano do PSD sobre algumas matérias. E grave. Não foi o PSD que fez nada para que os centros de saúde aqui chegassem. Pode ter feito no passado. Com base neste financiamento e nisto não foi o PSD que o fez. Foi quem está, hoje, na governação. Os senhores também fazem parte dela, mas não decidiram ir por esse caminho. Não foi o PSD que decidiu avançar para as três escolas e transformar o que era prioritária em urgente e o

que era urgente em prioritário e fazer. Também não foi o PSD, foi mesmo o Unir Para Fazer. E, portanto, essas decisões... é preciso esclarecermos as pessoas que estão lá fora e não andarmos a pôr aqui areia na engrenagem porque fica bem. Não fica bem, porque nós não somos vistos, não somos lembrados, e temos que ser lembrados por alguma coisa e alguma irritabilidade que estamos a tentar criar aos outros, e alguma impaciência.

E falar sobre alguns assuntos que são do foro interno da Câmara, dói-me mesmo. Façam um dia que eu faço, normalmente 14,15 horas, e ninguém me diz internamente, mas dizem-no fora, há outras pessoas para mandar os recados nesta Assembleia. Vou-me limitar a não responder a essas coisas. Fica muito mal a quem o faz, mas saberá a quem me dirijo também. Relativamente a isto que os senhores também aqui falam, relativamente ao trajeto daquilo que é um projeto que deveria ser merecedor dos nossos elogios nesta Assembleia, que é o projeto da daquilo que nós criámos, e que os autarcas anteriores também criaram, e alguns que, se calhar, hoje também já não estão no poder de decisão dessas coisas, lamentavelmente, porque se calhar teriam valor para lá estar, mas não estão, como é evidente. Criámos uma Autoridade Regional de Transporte para termos um transporte 100% urbano e que não coincide diretamente com aquilo que é o transporte urbano de Aveiro. Até Aveiro terá o menos interesse possível nisto, mas tem algumas ligações que favorecem Aveiro e que muitas delas partem do município de Ílhavo. E que havia uma base de trabalho que eram os horários que estavam definidos e que nos eram informados, mas não eram transparentes estas informações. O que é que nós conseguimos, hoje, com esta autoridade? Transparência total sobre o processo. Tem tempo de afinação? Terá o tempo de afinação, mas é de dar os parabéns a todos os autarcas que avançaram para esta situação, e nos que estão, neste momento, a resolver os problemas do quotidiano. E, portanto, não gosto de ver estas coisas a serem faladas, porque eu acho que o autarca da Murtosa é tão merecedor quanto eu dos elogios e também das boas respostas que avançou e poderá dar para o território dele, como eu também estou. E acho que, num tempo recorde, se conseguiu montar esta operação juntamente com a CIRA e com um funcionário que é o Paulo Rodrigues, que é fantástico, vou-vos já dizer. Se a CIRA tem que ter mais funcionários? Tem vindo a pensar sobre isso. Se o quadro de pessoal tem que aumentar, na CIRA? Tem-se vindo a pensar sobre isso. Tem-se vindo a pensar sobre muitas coisas. Por isso é que reunimos uma vez por mês e, quando é necessário, mais que uma vez por mês. Temos uma transformação grande a operar-se, que é o nosso Presidente da CIRA atual vai sair e vai entrar outro Presidente, que temos que o abraçar da mesma forma que é o nosso Presidente da. Câmara Municipal da Murtosa, Joaquim Baptista. Portanto, temos de estar preparados para isto tudo com uma operação a decorrer que, se calhar, um mês e meio ou dois meses que estamos aqui a analisar e a ver estes problemas, já toda a gente na nossa comunidade percebeu que houve melhorias na qualidade dos equipamentos, nalguma oferta de informação que não existia. Mas há muito ainda a fazer. E haverá sempre, porque isto é um projeto em crescendo e é isso que nós queremos.

Há uma única situação no nosso município que nós não vamos conseguir responder já: que é um horário à quinta-feira à tarde, na escola da Gafanha da Encarnação, porque caberá depois à autoridade resolver com o município que disponibilidade financeira há se o transportador tiver hipótese de fazer essa operação. E o município terá que decidir sobre isso. E, portanto, isto é uma relação com alguma complexidade, em que o município tem uma técnica municipal afeta a este trabalho, não a 100%, mas parte do seu dia sobre isto. Tivemos muitas reclamações, tivemos problemas com os passes, passes que ainda nem chegaram à mão das pessoas, mas acreditamos que a AFIFI e o grupo AFIFI, ao ter ganho este concurso, pelo valor que ganhou, vai dar a melhor resposta. É isso que nós queremos.

Portanto, tenho que deixar aqui os parabéns à equipa CIRA, às equipas municipais e ao nosso coordenador municipal, e, até, diria eu, à BusWay pelo trabalho que tem feito de comunicação, hora a hora, minuto a minuto, para que se ultrapassem todas as dificuldades que têm existido. Relativamente à Diana Gandarinho. Isto foi discutido no âmbito da CIRA. Nós, houve três municípios ou quatro, deixe-me só aqui ver a ata dessa reunião em que tomámos essa decisão, porque já anteriormente teríamos partilhado com a ERSAR e no PERSU esta informação, mas tomámos conhecimento das situações que a CIM de Coimbra tinha tomado, relativamente a esta situação com a ERSUC. E nós decidimos, Aveiro, Ovar e Ílhavo não responderam e aguardam-se os dados dos municípios contencioso, excepcionando Oliveira do Bairro, Anadia e Águeda. Portanto, isto ainda está a decorrer. Nós estamos todos juntos, os municípios do país, sobre esta questão. No entanto, achámos que não devíamos participar sobre isso, porque já tivemos reportes de informação, vários, para a ERSAR e para a ERSUC, sobre estas situações que a senhora vê aqui.

E relativamente a uma coisa que lhe queria dizer também. Eu continuo a não concordar que a taxa não reflita 100% da despesa. Ok? Portanto, para mim, a taxa deve refletir 100% dos custos, têm que ser imputados ao produtor pagador, ou seja, o pagador produtor ou produtor pagador. Aquilo que se produz, as pessoas têm que pagar. Claro que não é fácil medir estas coisas, mas deveríamos ver isso. No ano passado tivemos que reduzir 10%, tivemos 90. Posso-lhe dizer que os resultados que avaliámos ficámos aqui com 77,6 de cobertura daquilo que nos pagaram a nós. O município cobriu o outro valor. Vamos ter uma negociação. Eu já abri essa conversa com os senhores vereadores, portanto vou-lhes mandar a informação que tenho disponível, penso que segunda ou terça-feira, caberá ao Executivo municipal essa definição e queria fazer um processo, possivelmente não sei se alguma vez aconteceu na Câmara Municipal, mas antes de enviarmos a informação para a ERSAR já estar decidido entre nós. Por isso, é aquela questão que hoje tivemos aqui pessoas a ler a atividade municipal, se olhassem para os documentos que eram entregues no passado, não podiam fazer as análises que fizeram, nem observação porque não tinham, diria, 1/3, até poria 1/4 ou 1/5 da informação que hoje está constante na atividade municipal. Precisamos de nos torcer porque é a realidade. Não estamos aqui longe daquilo que é. Se calhar já estamos há muito tempo nesta vida e deveríamos ter mudado já de posição ou ter saído, mas continuamos aqui com este peso da responsabilidade que já não temos mais ninguém, portanto, vamos aqui aguentando isso.

Relativamente ao Pedro Martins. Olhe, fico contente de nos dizer que o orçamento participativo teve termo este ano, porque é importante. Mas houve mais uma vez um grupo municipal que avançou com ele. Independentemente da sua vontade, da sua manifestação e tudo, eu também lhe vou dizer. Há bocado referiram aqui algumas coisas, penso que foi a Margarida Alves, relativamente a autarcas e tudo. Olhe, cabe-me a mim dizer que já fui Presidente, duas vezes, numa Junta de Freguesia durante 8 anos, também tomei decisões com o PS e não tenho nada para criticar sobre isso. Fiz parte também desses trabalhos e visitei muitas Câmaras que tinham nas suas Juntas, também, orçamentos participativos. Portanto, conhecia essa experiência. Acho que o nosso orçamento participativo peca em algumas partes no regulamento, deveremos corrigi-lo. Não foi um dos regulamentos que nós trouxemos para revisão nesta fase em que estamos a rever muitos regulamentos, mas não conseguimos, com o trabalho que nos chega, resolver muito mais neste tempo recorde. Queremos fazer as coisas porque só temos quatro anos para governar e, portanto, queremos resolver algumas coisas. E, portanto, deixar isto. Mas o orçamento participativo este ano teve 15.000 euros, dos 100.000 que estavam alocados, 15.000 para começar a preparar toda a governação do orçamento participativo. A aquisição de um sistema informático, a divulgação, os produtos merchandising de comunicação. Podemos fazer aqui uma reflexão. Quantos de nós nos envolvemos a partilhar o que quer que seja do orçamento participativo para que ele tivesse mais êxito? Eu pus duas notas no meu documento, aqui: participar. É isso que eu vos peço. Podem aqui dizer o que quiserem do Senhor Presidente, da equipa dos Vereadores, como já vi, tudo, das decisões que cada um tome, mas participem ativamente em tudo. Saímos todos mais ricos e a democracia vencerá muito melhor.

Relativamente às piscinas, eu disse-o Pedro, se calhar não ouviu, a questão da plataforma digital, e foi utilizada em Matosinhos, essa versão, nós tivemos acesso a essa informação, correu muito mal. A operação corre muito mal com as plataformas digitais. Acredito que, se calhar, um fato à medida poderá melhorar o processo. Nós vamos continuar a tentar, como tentámos de 2022 para 2023, vamos tentar de 2023 para 24 esse trabalho, portanto, deixemos essa situação também com os nossos técnicos. Eu gostava que eles fossem conhecer o que há de melhor e se nós podemos. Muitas das vezes, a ideia já está criada, percebe? Podemos é, afinal, a melhor ou melhorá-la. E, portanto, trazer isso também para a nossa Câmara acho que é muito bom, porque os exemplos de sucesso terão, se calhar, de certeza absoluta, aplicabilidade aqui.

Sobre esta questão dos veículos e do carregamento de veículos que ouvi aqui, vou-me limitar porque também não conheci nenhum ninguém que tivesse preparado esta aventura que o senhor Vereador e a sua equipa de técnicos trabalhou para o município e que será uma realidade no futuro. Também não conheci ninguém que o tivesse feito antes e, portanto, podemos aqui buscar as histórias todas do passado, mas estas são as realidades do presente e que nós tentamos espelhar com a máxima transparência nesta atividade municipal. Muito obrigado a todos.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:43:03'')

«Obrigado, Senhor Presidente. Vou então abrir a segunda ronda de inscrições. Do Unir? Pinto Reis. Do PSD? Não. E do PS? A Diana, muito bem. Vamos começar pelo Pinto Reis, por favor.»

José Pinto Reis, Grupo Municipal do 'Unir Para Fazer': (03:43:41'')

«Desde já, apesar do adiantado da hora, boa noite a todos. Da primeira intervenção não fiz a saudação devida. Boa noite, Senhor Presidente e à restante Mesa. Boa noite ao Executivo. Boa noite a todos os membros da Assembleia.

Vivemos tempos novos. Vivemos tempos em que mudamos de protagonistas e mudamos de posição. Mas temos que ter algum cuidado e alguma ponderação para que não se mate a criança à nascença. Disse o Pedro, e muito bem, que, aqui, estamos no momento de cada um puxar a brasa à sua sardinha. Mas há que ser equilibrado e há que assumir também algumas posições, e não nos escondermos atrás daquilo que é politicamente correto.

Em relação à BusWay, tem dois meses de operação. Nós, hoje, queremos que tudo seja perfeito ao início. Também gostaria que assim fosse. Todos nós gostaríamos que assim fosse. Mas querer que se implemente um sistema de transporte intermunicipal em 11 municípios, com uma autoridade metropolitana de transportes, que é a primeira experiência que se está a fazer e que corra tudo bem logo desde o primeiro mês, acho que é desejável, mas é muito pouco provável que aconteça.

O orçamento participativo. Estamos no primeiro ano. PS diz que deveria haver mais investimento. Se calhar, sim. Quando as coisas estiverem amadurecidas, logicamente que sim. Vimos a questão da participação da população, que foi a que foi. Conseguimos o que foi conseguido, aquilo que foi conseguido. É um primeiro passo. Agora, aquilo que me pareceu muito claro, não sei se para o PSD, se só para o Flor Agostinho, ele é contra o orçamento participativo, claramente contra o orçamento participativo, uma vez que desvaloriza os montantes que são muito altos e desvaloriza a sua implementação. Podemos dizer que somos a favor das coisas, quando, na prática, dizemos outra coisa. Isso é possível. Estamos em tempos novos em que tudo aquilo que vem do passado, ou que supostamente é bem feito pelo Executivo já vem do passado, já estava previsto, já tínhamos pensado, já tivemos uma vaga ideia, já sonhámos com isto. Mas é preciso materializar. E quando se tomam opções novas, reduzir o Mariato ou o Marolas de 30 para 9 dias, assume-se uma posição. É uma diferença. Mas em nada daquilo que este Executivo altere é a uma valorização. Pelo contrário, tudo aquilo que é continuidade ou tudo aquilo que supostamente é continuidade, é um endeusamento.

Em relação àquilo que são os festivais que foram sempre apoiados pelo município, o da sardinha e o do marisco, se calhar o melhor, Senhor Presidente, é deixar de promover os festivais para que não haja aqui uma dificuldade na comunicação. O que eu não concordo. Acho que são iniciativas que trazem movimento, trazem atividade e apoio às associações. Por isso, acho que deve continuar a apoiar essas iniciativas e deve continuar a emprestar o selo da Câmara Municipal e do Município a estas iniciativas.

Em relação àquilo que são as inscrições nas piscinas. O senhor Presidente pode encontrar a solução informática melhor que existe. Mas já ouvimos aqui que depois é preciso compatibilizar com a presencial. Tenho alguma dificuldade em perceber como é que isso se faz de uma forma equilibrada. Eu não conheço, mas também admito a minha ignorância.

E por último, queria-me referir àquilo que foi um tema já aqui falado da não ratificação. E eu vou-vos dizer, muito sinceramente, concordo com a argumentação. Em teoria concordo com a argumentação de quem votou contra. Agora, se eu estivesse no Executivo eu era solidário com o Executivo. Eu tinha-me absterido. Tinha-me absterido na votação, tinha feito uma declaração de voto e permitia que o Município não se visse envolvido numa questão judicial, como poderá vir a acontecer. Acho que também é isso o sentido de responsabilidade e solidariedade institucional que deve existir de parte a parte. Se houve uma falha, e até posso admitir que sim, houve uma intenção de não se provocar uma reunião no mês de agosto, de não criar custos para que não houvesse pagamento de senhas de presença. Não estou convencido de que fosse esse o objetivo da não ratificação. Mas quando os valores, quando está em causa uma situação como estas era prioritário que pusessem acima de tudo os interesses do município. Isso acho que foi uma falha. Reconheço que não tinham que votar a favor, não tinham que aprovar, podiam abster-se. Esta é a minha posição. Provavelmente não a partilho com o Executivo do UPF, mas é aquilo que acho.

Em suma, estamos habituados vamos estar habituados em que nós vamos continuar a intervir aqui fazendo resumo daquilo que é positivo, tentando evidenciar aquilo que tentamos fazer

diferente e vamos continuar a ouvir aquilo que é negativo. Mas isso não é nada mais que a democracia. Muito obrigado.»

Margarida Alves, Grupo Municipal do PSD: (03:51:06”)

«Muito obrigada, Senhor Presidente. Eu às vezes fico confusa, ou então sou eu que não sei expressar bem. Nós não somos contra as festas e os festivais, até porque fomos os principais impulsionadores que os mesmos aconteçam. Quanto à participação, costuma-se dizer que quem não é visto é esquecido, mas também estar sempre a aparecer, cansa as pessoas. Porque as pessoas querem ação, não querem celebração. Querem ação, resolução. Problemas graves estão a acontecer. Problemas graves. E não é com isto que nós vamos ter os problemas resolvidos das pessoas. O município não é só isto, não é só cultura. Esqueçam. E depois não me venham dizer que a culpa é só do Governo central ou é dos bancos ou é dos professores ou... Não! Qual é a obra estrutural efetiva que está no terreno, ao fim de dois anos? Qual é o projeto que foi feito pelo Unir Para Fazer para estar no terreno, hoje? Vamos falar claro.

Quando eu falei na questão das horas extraordinárias, Senhor Presidente, foi uma comunicação institucional. Para evitar esta dúvida mediante o sindicato, o STAL e o SINTAP, era importante que o Senhor Presidente dissesse que tem ou não conhecimento que isto está a acontecer no município. Não é do foro interno, isto é público. Isto não é do foro interno, é público. Porque se isto está a acontecer apelo ao seu bom senso, como responsável máximo, que aprove o pagamento destas horas extraordinárias, evitando o município de ter aqui os inspetores da Autoridade do Trabalho e ir ao Tribunal de Trabalho, sem necessidade nenhuma. É um direito dos trabalhadores. Se lhe foi pedido para eles fazerem as horas extraordinárias, elas têm que ser pagas. Agora, esta informação vir por via institucional dos sindicatos é porque há trabalhadores que já foram aos sindicatos. Eu não falei com trabalhadores nenhuns. Portanto, isto é muito grave, Senhor Presidente. Agora vir para aqui dizer que vamos em conversas de amigos. Eu não vou em conversa de amigos. São relações institucionais e isto é muito grave. E o Senhor Presidente não me respondeu. Diga que não sabe. Vou averiguar. Tudo bem. Benefício da dúvida. Vamos dar o benefício da dúvida. O processamento pode ser feito a qualquer momento, mas a partir do dia de hoje, que é 29 de setembro, é da sua responsabilidade verificar se isso está a acontecer ou não. E se está a acontecer, tem mão para retificar e apelo à sua sensibilidade.

E peço desculpa, mas vir cá para cima de mim dizer que “ai que eu não vou no diz que disse”. Eu sei de relações institucionais e as pessoas sabem que eu tenho essas relações institucionais. Portanto, não vamos criar aqui dúvidas sobre as pessoas que vêm aqui prestar, até, um serviço de prevenção ao município, porque nós sabemos o que é ter problemas com os tribunais. Claro que sim, estão aí, estão no relatório. Temos ganho muitas causas. Ganho, o município. Portanto, vamos é evitar que venham mais e se não conseguirmos ter essa visão, Senhor Presidente... a sua atitude é dizer que parece que foi numa conversa de café. Eu não tomo café, não tenho este tipo de conversa em cafés. São relações institucionais. Isto é muito grave quando chega à instituição sindical. Porque instituição sindical amanhã põe aqui a Autoridade do Trabalho, se necessário for, e o senhor não pode dizer que não tem conhecimento, porque houve uma autarca que tem responsabilidades fora do âmbito de autarca, porque a minha vida não é, não sou profissional disto. Alertei a quem de direito que foi o Senhor Presidente de Câmara, que é quem toma a decisão de verificar se isto está a acontecer. Isso está a acontecer, tem que ser emendado o mais rapidamente possível, porque o trabalho não é gratuito. Muito obrigado.»

Diana Gandarinho, Grupo Municipal do PS: (03:55:53”)

«Obrigada por ter feito essa referência à ata da CIRA. Eu vou verificar, porque realmente desconheço. E a resposta “porque a CIRA assim decidiu também não me satisfaz. Há, em mim, uma curiosidade para tentar perceber o porquê. De qualquer forma, e um pouquinho na linha daquilo que têm vindo a defender sempre, nós sabemos que baixando a despesa não seria necessário alterações; a tarifa, potencialmente, cobriria os 100% da despesa. O Senhor Presidente também fez essas afirmações em outras alturas. O próprio Movimento tem vindo a afirmar a importância da sociedade alterar os seus comportamentos ao nível dos resíduos indiferenciados. E acho que todos concordamos com isso. Não há ninguém que possa dizer o contrário. Só que é-me difícil, atividade municipal após atividade municipal, não ver lá espelhado um desenvolvimento de intervenção para este efeito. É certo que tem o projeto de bio resíduos e ele até estava presente nesta atividade municipal. Não sei se vamos ficar por aí. Não encontrei nada além disso. Também não sei qual vai ser agora evolução deste projeto. Tenho as minhas dúvidas e curiosidades. Mas a verdade é que nós continuamos a imputar a

responsabilidade às pessoas. Continuamos a passar-lhes a fatura e não estamos a criar ação com impacto, porque se não já tínhamos verificado este decréscimo. Se fosse só apelar às pessoas pela rádio, pelas ações de educação ambiental, já tínhamos verificado este decréscimo nas nossas faturas.

Eu vou repetir, não é, o que já disse em outras seções. Se as ações implementadas são insuficientes, nós precisamos repensar o que está a ser feito, talvez inovar, talvez trazer novos campos, novas áreas científicas, talvez explorar aquilo que a ecologia tem trazido de novo, as novas mensagens que a ecologia tem demonstrado de que só a educação ambiental talvez não seja o suficiente para conseguirmos chegar às pessoas. Talvez seja preciso trabalhar outras áreas, incluindo a relação entre as pessoas e a natureza, para que elas possam realmente preocupar-se com algo que amam, não é? Como um relacionamento, tal como nós nos preocupamos com o nosso pai e a nossa mãe, de quem nós gostamos. Talvez esteja na altura de nós repensarmos algumas dessas intervenções. Eu sei que isto é um desafio.

Diziam que o ano de 2023, eu penso que foi o ano passado, até diziam que o ano de 2023 seria um ano decisivo na matéria de gestão e valorização de resíduos. Nós estamos à espera. Estamos à espera de ver resultados, reflexo também do projeto bio resíduos. Queremos ver mais. Nós queremos mudança, como é óbvio, não é?

E como o Pedro não se inscreveu, que falou há pouco, se calhar não foi o Pedro, estou a fazer confusão, por causa da BusWay. Não? Pronto. Mas eu vou aproveitar e meter a colher. Com tantas experiências, tantos municípios ao nível de transportes - Ilhavo também teve um transporte - eu acho incrível como é que a BusWay começa às escuras e sem dados. É isto que eu tenho a dizer, acho incrível. Como é que nós não temos dados recolhidos das experiências que foram feitas anteriormente para ajudar, então, esta empresa a começar com alguma informação.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:59:14")

«Obrigado, Diana. Senhor Presidente, por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (03:59:19")

«Senhor Presidente, vou passar aqui ao Sr. Vereador. Com licença.»

Vice-presidente do Executivo, João Semedo: (03:59:23")

«Falaram aqui num assunto que não era suposto falarmos e já houve aqui uma defesa quanto à abordagem deste assunto. Mas uma vez que o PS depois falou sobre ele, apesar da defesa da honra do seu Vereador, acho que entendo que também tenho legitimidade para esclarecer algumas coisas que seriam importantes. Portanto, de facto tivemos aqui uma situação que nos deixou também um pouco perplexos, porque não era expectável que tivesse este desfecho, uma vez que, como disse, na altura da reunião de Câmara, o Senhor Presidente, isto abria aqui uma Caixa de Pandora. De facto, temos aqui uma situação que não sabemos que proporções poderão tomar, mas, de uma forma muito breve, tivemos uma situação relativa a uma esplanada com uma informação técnica sustentada. E, de facto, houve o indeferimento num despacho por mim proferido, por delegação de competências do senhor Presidente. Foi dessa forma que foi dado despacho, porque o Senhor Presidente me delegou essa competência. Só que por uma contestação o requerente solicitou que fosse ao órgão superior, neste caso, à Câmara Municipal. Tendo vindo à Câmara Municipal, o Senhor Presidente ratificou, deliberou, e foi essa deliberação, portanto, essa sua tomada de posição que ele levou à Câmara para deliberação, mas fê-lo enquanto órgão a Câmara Municipal. Portanto, isso é importante ser esclarecido. E isso o senhor Presidente levou para retificação porque tinha essa legitimidade. Pena é que não se tenha dado qualquer importância ao conteúdo da proposta que o Senhor Presidente levou para ratificação, que foi completamente desvalorizada, não foi apreciada e isso, sim, era importante. Quanto a qualquer desfecho sobre essa proposta, não vou tecer mais qualquer comentário, porque qualquer comentário que possa ser feito pode beliscar a posição da Câmara sobre este assunto. Muito obrigado, Senhor Presidente.»

Presidente do Executivo, João Campolargo: (04:01:35")

«Muito obrigado. Só dois ou três esclarecimentos perante algum entusiasmo da Margarida Alves. Eu dir-lhe-ia que esta situação que me fala da remuneração dos trabalhadores, a mim, se os nossos colaboradores e os Chefes de Divisão tiveram o cuidado de explicar o que é que se passou, não haverá problema algum sobre esta questão? Claro que eu compreendo

que as pessoas, hoje, fazem menos ou mais horas que o passado, não é isso que está aqui em causa, e que os orçamentos também dependem ou não... ou seja, os orçamentos fazem ou não com que esses pagamentos aconteçam. A Câmara Municipal de Ílhavo, nos últimos meses, deliberou algumas coisas muito interessantes, cara Margarida Alves. Primeiro, abrir os museus ao domingo de manhã, que é compensado com horas extras aos nossos funcionários. Segundo, deliberou também a Câmara Municipal, que aqueles que trabalham como assistentes de sala desta Câmara têm que ter remunerações diferentes daquilo que eram no passado. E convido-a a ver as remunerações que foram aprovadas agora e as remunerações que foram no passado. E terceiro, aquilo que foi o trabalho que esta Câmara fez relativamente à atividade corrente do mês de agosto, chegou às minhas mãos muito próximo da minha decisão. E careceu, tanto da minha Vereadora do pelouro, do meu Vereador e de todos aqueles que aprovam as horas, porque o sistema neste momento informático vai dar a rastreabilidade do processo todo, os dias em que os documentos chegaram a cada um para a sua aprovação, não nos permitiu, em tempo útil, jogar com aquilo que era a necessidade financeira. Portanto, pedimos muita desculpa e será reposta, logo que possível, a situação. Já tínhamos esquecido, a Senhora empolgou aqui isto. A mim não tem empolgação nenhuma existente. O dinheiro que as pessoas possam... há uma negociação, claramente, que é impossível aqui de a fazer e gostaríamos muitas das vezes que algumas das remunerações fossem diferentes na administração pública, mas temos tabelas salariais e temos de nos cingir por elas. E há também um registo daquilo que são as horas extras que tem um pedido de autorização anterior que surgiu em julho, que depois tem que ser ratificado e verificado se efetivamente aconteceu. Isso é uma prática, mas se calhar mais constante agora - não lhe vou precisar o ano que é para não pôr a pensar no passado - e que vamos tentando corrigir e melhorar com um sistema de recursos humanos que eu até já ouvi aqui tanta coisa desses recursos humanos: que as pessoas iam embora, porque eu até estive nos concursos e porque isto e por aquilo. Eu espero que isso não aconteça nesta Câmara. O ACEP, como sabe, foi claramente discutido com todos os sindicatos. Não foi assinado com todos ao mesmo tempo, mas sim individualmente com cada um. E estamos a tentar agora perceber também outras dinâmicas na organização, porque nós pretendíamos, e temos tido alguma dificuldade sempre de perceção nas reuniões de Câmara, que é as necessidades efetivas da Câmara serem compensadas com trabalhos efetivos e aquilo que possam ser prestadores de serviços que há sempre necessidade, até por aquilo que foi da força da descentralização, aquilo que, hoje, uma segurança social nos pede muito mais, aquilo, que é triste, o IEFP nos pede para nós termos resposta deles e muitas das vezes técnicos que temos não chegam para as respostas que precisamos. Temos 20 e 30 pessoas a chegar aqui. Estamos em pleno emprego, mas continuamos a ter muitas pessoas. Olhe, por exemplo, a EPA foi uma empresa que despediu quase uma centena de pessoas que neste momento já estão a fazer CEIS na Câmara Municipal e outras empresas, e também no setor, tem que ser público, como sabe, os Contratos de Emprego e Inserção. E isso é trabalhado aqui, no nosso GAP, desculpe, no nosso SAFE. Portanto, todas estas coisas são controladas e acredite que aquilo que nós queríamos era pagar a tempo e horas este efeito do trabalho extraordinário que as pessoas fizeram. Mas tivemos o cuidado de avisar, nesse dia, em reunião com todos, os problemas que tinham acontecido, aquilo que tínhamos visto, corrigimos, fizemos e dissemos: "eh pá, informem as pessoas". Claro que temos algumas pessoas que ficaram muito aborrecidas. Acho que não fiquem aborrecidas porque o dinheiro que é devido é pago sem problema nenhum. E aos fornecedores da mesma forma. E, se calhar, os indicadores que por aí vêm da Câmara Municipal de Ílhavo, estes níveis serão sempre num ranking muito mais elevado daquilo que era o passado. Assim, espero. É o trabalho que estou a fazer. E também não estou preocupado com aquilo que já hoje ouvi aqui falar do saldo de gerência, porque me custa a crer que não olhamos para os outros municípios. Mas isso, tendencialmente, vai aumentar em todos os municípios portugueses. E se nós formos exceção, então mal estamos a pensar. Porque na naturalidade e na naquilo que até já temos uma previsão que é esta: o Portugal 2030, e eu penso que também é entendida nestas matérias, mas há pessoas aqui muito mais entendidas e muito mais cultas e que trabalham todos os dias com estas matérias, e que são afincados e muito dedicados nesta matéria, até já se prevê que esse Portugal 2030 vá ter os primeiros avisos para maio, junho, julho, agosto do próximo ano. Eu dir-lhe-ia uma coisa. Como é que o Presidente da Câmara vou fazer um orçamento municipal com obras? Vou contar com o saldo de gerência, vou contar com a revisão de fevereiro e depois vou precisar de 15% para pagar 85% da verba que eu vou contabilizar no Portugal 2030. E no PRR irei receber 20% à entrada destas obras, que pode não fazer face àquilo que é as necessidades, mas tenho de ter fundos disponíveis, e isso é o mais importante. E não é só o regime de abanarmos com a cabeça, é percebermos esta

mecânica toda e pô-la nesta tipologia de governação dos municípios. De governança, nem é de governação, é governança dos municípios portugueses, porque há muitas câmaras neste momento que já têm empréstimos aprovados pelo BEI e que não lhes tocaram porque os avisos ainda não saíram. E se o tivermos que fazer, é para obras direcionadas. Portanto, aquilo que nós investimos, hoje, nas escolas, e que continuamos a investir, é da receita própria que temos. Não fomos buscar a lado nenhum. Claro que a obra do saneamento da Gafanha da Encarnação está a decorrer. Para o mês que vem precisamos de 2 ou 4 milhões para a obra do saneamento da Gafanha do Carmo, que já falámos sobre ela. Precisamos do projeto da carta educativa, temos que o fazer. Mas temos mais cartas para fazer, a Carta Social, temos outras e temos que tratar disso.

E, portanto, todas estas verbas têm que estar alocadas no orçamento que está em rotação contínua. E com um aumento das despesas, continuamente. Estamos a prever, é uma luta dos sindicatos, que o salário mínimo vai aumentar outra vez em janeiro. Não é? Tudo isto. Quando é que a educação vai compensar quase um meio dos nossos trabalhadores? A descentralização. A saúde, como é que vamos vê-la? Os investimentos que já fizemos na saúde e só recebemos em maio, como sabe. Estamos a fazer um ano da ação social, estamos a trabalhar. Tivemos um fator de compensação, fruto da negociação dos municípios portugueses com o Governo, mas esperamos muito mais, porque precisamos de mais dinheiro. Depois, quando fizeram aqui, há bocado, uma comparação - não me posso esquecer dela - em que aquilo que entregámos às Juntas de Freguesia e aquilo que colocámos no Orçamento Participativo. Eu queria dizer a todos, eu não faço nada sem uma negociação. Pode ser desfavorável para um lado ou menos favorável, mas se trago alguma coisa a uma reunião de Câmara é porque essa negociação permitiu que vá à reunião de Câmara. E discuti, até ao limite, estando cada uma das partes interessadas em fazer o seu melhor, para depois levar à reunião de Câmara. E na reunião de Câmara podemos discutir outra vez tudo isso, mas eu e os presidentes de Junta entendemo-nos sobre essas matérias até chegar ali quando fizeram este comparativo. Para o ano, como já disse ao Pedro Martins e vou dizer, conto encontrar no orçamento municipal a disponibilidade de 100 mil euros e que a participação aumenta porque, estão a ver, a votação no passou por mais de 4 centenas de pessoas. É muito mau num município de 40 mil pessoas, em que, é preciso percebermos, quem ganha, o projeto vencedor é de uma menina com 16 anos. E houve pessoas desde os 16 aos 72 anos a participar. E apareceram 19 projetos. Dos 19 projetos, 12 tiveram que ir a votação, aprovados. Isto é que nós temos que pensar. Fizemos isto. O que é que contribuimos todos para que este projeto tivesse mais sucesso? Porque no fundo, acho que todos lutámos. Daqui a 2 anos, estaremos todos aqui a discutir quem vai ser o Presidente da Câmara, quem não vai, o que é que pode ser, o que é que se fez, o que é que não se fez. Vamos andar outra vez a ver o que eu tenho visto, que o Luís Leitão anda muito preocupado com o nosso compromisso. Possivelmente já anda a preparar o dele para 2025 e é bom que leia os outros todos, mas que leia o dele também e ver se já concluímos alguma coisa que ele também preconizava no compromisso dele. Tenho tudo dito, senhor Presidente. Muito obrigado.

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (04:11':06")

«Faz favor. Tem 3 minutos.»

António Flor Agostinho, Grupo Municipal do PSD: (04:11':13")

Defesa da Honra

«Eu só venho aqui para dizer o seguinte. O Pinto Reis mentiu. Eu não estou contra o orçamento participativo. Eu não disse mal do orçamento participativo. O PSD não está contra o orçamento participativo. E peço ali ao staff da nossa Assembleia, ao Miguel Araújo, que transcreva tanto a minha afirmação, como a afirmação do Pinto Reis. Tenho dito.»

Conclusão

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (04:11':36")

«Muito obrigado, Flor Agostinho. Bem, meus senhores, é uma hora e cinco minutos. Segundo o Regimento teríamos que terminar à meia-noite e meia. Ainda temos mais pontos três pontos não é? Portanto, encerramos por hoje e voltamos aqui dia 6, está bem? Vamos só ler a Ata em Minuta.»

Ata em Minuta

Da Assembleia Municipal

1.º Secretário da Mesa, Pedro Tróia: (04:12':08")

[Leitura da Ata em Minuta, cujo texto se anexa, sendo parte integrante da Ata]

José Pinto Reis, Grupo Municipal do 'Unir Para Fazer': (04:13':34")

«Não é verdade. A convocatória não prevê a data do dia 6.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (04:13':35")

«Por amor de Deus. Ora bem, vamos lá. Calma, calma. A convocatória convoca para hoje. A ordem do Dia acautela o dia 6. Está bem? Está claro?»

José Pinto Reis, Grupo Municipal do 'Unir Para Fazer': (04:13':53")

«Não está claro. Não está.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (04:13':54")

«Pronto, não sei se há alguma dúvida. Alguém tem alguma dúvida? Eu acho que está mais esclarecido, não é? E isto já começa assim a ser um pouco, enfim, implicativo. Ora bem, quem vota contra? Quem se abstém?»

Depois de lida a **Ata em Minuta**, submetida à votação, **foi aprovada por unanimidade**, cujo texto se anexa, sendo parte integrante da presente ata. (04:13':58")

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (04:14':19")

«Boa Noite. Até dia 6, está bem? Boa noite a todos. Obrigado.»

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. Eram 01:14 do dia 29 de setembro.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Miguel Pedro Araújo, técnico municipal, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal,

O Técnico Redator



(Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos)



(Miguel Pedro Araújo)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

ACTA EM MINUTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE SETEMBRO (reunião de 28 de setembro de 2023)

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia Municipal, no Salão Nobre dos Paços do Município, em Ílhavo, em Sessão Ordinária, para apreciação e votação dos seguintes pontos:

Aprovação da Ata n.º 20, referente à Sessão Ordinária de Junho de 2023. A Ata foi aprovada por **Unanimidade**.

Voto de Pesar pelo falecimento José de Oliveira Ramos, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD. Aprovado por **Unanimidade**.

Ponto 1. **"Conselho Municipal de Saúde de Ílhavo: eleição de um Presidente de Junta, em representação das Freguesias do Município"**.

Eleito o Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, Carlos António das Neves Rocha, com 23 votos a favor e 2 abstenções.

Ponto 2. **"3.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023"**.

Aprovado por Maioria, com 8 votos a favor e 17 abstenções.

Ponto 3. **"Comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal de 01JUN2023 a 31AGO2023"**.

A Comunicação foi apreciada.

Conforme previsto, a sessão terá continuidade no próximo dia 6 de outubro, sexta-feira, às 21:00, no Salão Nobre dos Paços do Município.

Feita a leitura, o Presidente da Mesa colocou à deliberação da Assembleia a aprovação em minuta da ata da reunião de 28 de setembro de 2023, respeitante à Sessão Ordinária de Setembro, sendo a mesma aprovada por: **UNANIMIDADE**.

O Presidente da Assembleia Municipal

Assinado por: **PAULO ALEXANDRE DE AGUIAR
PINTO MATOS DOS SANTOS**
Num. de Identificação: 10038235
Data: 2023.10.02 19:07:19+01'00'

Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

Serve o presente documento como prova de registo de presenças na Sessão Ordinária de Setembro, realizada a 28 de setembro de 2023, no Salão Nobre dos Paços do Município.

Sessão Ordinária de Junho Primeira Reunião de 28SET2023

Nome	Grupo	Falta	Presença
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO			
GRUPO MUNICIPAL PSD			
Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos Santos			X
Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário			X
António José Flor Agostinho			X
André Filipe Casqueira Guimarães			
Irene Maria Ribau Esteves Tavares			X
Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves			X
Sara Marina Tomé Fernandes	substitui (365 dias)		
Carlos António das Neves Rocha	JFGN		X
Augusto Manuel da Rocha da Silva	JFGE		X
Luis Carlos Cardoso Diamantino	JFGC		X
Hugo Filipe Casqueira Coelho	suspensão 365 dias		
Pedro Labrincha da Rosa Novo	PERDA DE MANDATO		
GRUPO MUNICIPAL UPF			
José Manuel Figueiredo Pinto Reis			X
Ana Raquel Gomes São Marcos Simões			
Pedro Miguel Cristo Graça			X
Ernesto Manuel Vidal Garrelhas			
Cláudia Cristina Fernandes Reigota			X
Daniela Ribeiro Alegria			X
Mariana Silva Lopes	(substitui 365 dias)		X
João Eduardo Bonito Braga	JFSS		X
João Pedro Ribau Casqueira	suspensão 365 dias (28ABR2023)		
GRUPO MUNICIPAL PS			
Pedro José Catarino Senos Tróia			X
Luis Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo			X
António Pedro Oliveira Martins			X
Diana Catarina Anastácio Gandarinho			X
Domingos Manuel Ferreira Vilarinho			X
Modesto Manuel dos Santos			
Sara Daniela Silva Pinho	RENÚNCIA DE MANDATO		
GRUPO MUNICIPAL CHEGA			
Sérgio Louro			X

EXECUTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO			
João António Filipe Campolargo	Presidente		X
Assunção Mariana Carlos Ramos	Vereador	Justificado	
João Diogo da Silva Semedo	Vereadora		X
Maria de Fátima Fragoso Teles			
Maria de Fátima Fragoso Teles	Vereadora		X
Tiago Manuel Morais Lourenço	Vereador		X
Paulo Sérgio Ferreira Nunes	Vereador		X
Sérgio Manuel de Jesus Lopes	Vereador (365 dias)		X
SUBSTITUIÇÕES			
Nuno Fernando Ruiva Monteiro Cardoso substitui André Filipe Casqueira Guimarães			X
Maria Cláudia Sousa Dias Alves da Cunha substitui Sara Marina Tomé Fernandes			X
Rui Manuel da Rocha Rufino substitui Ana Raquel Gomes São Marcos Simões			X
Paula Alexandra da Graça Ferreira substitui Ernesto Manuel Vidal Garrelhas			X
Elvira Maria Fernandes Correia substitui Modesto Manuel dos Santos			X

Renúncia de Mandato: Sara Daniela Silva Pinho (PS)

Perda de Mandato (15 abril 2023): Pedro Labrincha da Rosa Novo (PSD)

Mandato suspenso (365 dias a partir de 25 novembro 2022): Hugo Filipe Casqueira Coelho (PSD)

Mandato suspenso (365 dias a partir de 28 abril 2023): João Pedro Ribau Casqueira (UPF)

Ílhavo, 28 de setembro de 2023

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Assinado por: **PAULO ALEXANDRE DE AGUIAR**

PINTO MATOS DOS SANTOS

Num. de Identificação: 10038235

Data: 2023.10.02 19:05:11+01'00'

Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos

*Confirmadas as presenças que serão vertidas na respetiva Ata.
Núcleo de Apoio à Assembleia Municipal
Miguel Pedro Araújo*

Assinado por: **MIGUEL PEDRO DE NORONHA E ABREU ARAUJO DA SILVA**
Num. de Identificação: 07260530
Data: 2023.10.02 10:42:38+01'00'

Voto de Pesar

Faleceu no passado dia 20 do corrente mês o nosso conterrâneo José de Oliveira Ramos, personalidade incontornável e reconhecidamente marcante na vida coletiva do Concelho de Ílhavo.

Exerceu ao longo da sua existência a atividade de desenhador técnico em três empresas de renome nacional e internacional, designadamente a Metalurgia Casal, Riamóvel Carpintaria e Móveis, Lda. e finalmente no Grupo Teka, de forma abnegada e empenhada, sempre prestável para com os próximos, os quais sabiam reconhecer-lhe as suas qualidades de amigo, respeitador, formador e de trato afável.

O José Ramos foi uma figura transversal à maioria das Associações de Ílhavo, cuja atividade sempre acompanhava com redobrada atenção, tendo dedicado uma boa parte da sua vida à “sua” Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo, na qual exerceu vários cargos sociais, incluindo o de Vice-Presidente, sendo – lhe reconhecido o trabalho desenvolvido no crescimento e consolidação desta instituição, sintomático do seu percurso de vida, permanentemente caracterizado por um elevado sentido cívico, o qual constitui um legado invejável que nos deve engrandecer.

A nível político, foi merecedor do reconhecimento da população Ilhavense pela forma como desde 1976 até 1997, prestou serviço público ao longo de um significativo período de 18 anos, correspondente a 5 mandatos, com a interrupção de um mandato, exercendo atividade política como autarca desta Assembleia Municipal, pugnando, sempre, por prestigiar o Poder Local democrático e o crescimento e desenvolvimento do Município que o viu nascer – o Concelho de Ílhavo-, que viveu de forma intensa e a cuja comunidade se entregou com grande amor e dedicação.

O José Ramos foi um político que se destacou, com intervenções eloquentes e convincentes, sempre respeitadoras dos seus adversários políticos, onde nutria muitas simpatias e amizades, apesar de ser um convicto e ferrenho defensor do Partido Social Democrata.

Foi um Homem Bom e um pai presente.

Pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal de Ílhavo:

- Aprove um Voto de Pesar pelo falecimento de José de Oliveira Ramos;
- Apresente à sua família as mais sentidas condolências, em especial, aos seus filhos Jorge Ramos e Prazeres Ramos;

Ílhavo, 28 de setembro de 2023

O Grupo do PSD